

**Escola
Profissional
Gustave
Eiffel**

ENSINO PROFISSIONAL

**PROJETO EDUCATIVO DA ESCOLA
PROFISSIONAL GUSTAVE EIFFEL - QUELUZ**

1. ÍNDICE

1. ÍNDICE	2
2. CARTA DE PRINCÍPIOS	3
3. REFERENCIAL -PROJETO EDUCATIVO DA ESCOLA PROFISSIONAL GUSTAVE EIFFEL	7
3.1 INTRODUÇÃO	7
3.2 CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL GUSTAVE EIFFEL	8
3.2.1 <i>A Ideia</i>	8
3.2.2 <i>O Nome da Escola</i>	9
3.2.3 <i>Fundamentação Legal</i>	10
3.2.4 <i>Desenvolvimento Histórico</i>	10
3.2.4.1 <i>O Polo de Queluz</i>	11
3.2.5 <i>Organização Interna da COOPTÉCNICA</i>	25
3.2.5.1 <i>Estrutura orgânica / organigrama</i>	25
3.2.5.2 <i>Articulação entre os vários departamentos</i>	26
3.2.6 <i>Organigrama da Estrutura Pedagógica da EPGE</i>	27
3.2.7 <i>Direção Técnico-Pedagógica</i>	29
3.2.8 <i>Oferta Formativa 2017-2018</i>	31
3.3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES – MODELO DE FORMAÇÃO	32
3.3.1 <i>Modelo de Ensino</i>	32
3.3.1.1 <i>Perfil do Aluno</i>	34
3.3.1.2 <i>Perfil do Professor/Formador</i>	34
3.3.1.3 <i>Perfil do Coordenador de Curso</i>	35
3.3.1.4 <i>Perfil do Orientador Educativo de Turma</i>	36
3.3.1.5 <i>Perfil do Tutor</i>	36
3.3.1.6 <i>Desempenho do Pessoal Não Docente</i>	38
3.3.1.7 <i>Intervenção dos Pais e Encarregados de Educação</i>	38
3.3.1.8 <i>Intervenção dos Antigos Alunos</i>	39
3.3.2 <i>Monitorização da Formação</i>	40
3.3.3 <i>Avaliação das Aprendizagens</i>	43
3.3.4 <i>Apoios Educativos e Processos de Recuperação</i>	46
3.3.5 <i>Reconhecimento do Mérito e Promoção da Meritocracia</i>	47
3.3.6 <i>Serviços Especiais de Apoio à Atividade</i>	48
3.3.6.1 <i>Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo (GaPE)</i>	48
3.3.6.2 <i>Gabinete de Informática</i>	50
3.3.6.3 <i>Gabinete de Divulgação e Relações Públicas (GDRP)</i>	51
3.3.6.4 <i>Gabinete Editorial e Multimédia</i>	53
3.3.6.5 <i>Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) – (Acompanhamento Psicopedagógico)</i>	54
3.3.6.6 <i>CENTRO DE RECURSOS</i>	55
3.3.7 <i>Relacionamento/Parcerias com o Exterior</i>	56
3.4 RECURSOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS	57
3.4.1 <i>Organização do Espaço</i>	57
3.5 LINHAS DE AÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	60
3.5.1 <i>Missão, Visão e Eixos Estratégicos</i>	60
3.5.2 <i>Objetivos, Metas e Indicadores</i>	61
3.5.3 <i>Plano de Ação de Referência (Queluz)</i>	62
3.6 DIVULGAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO	75

2. CARTA DE PRINCÍPIOS

Mudanças no Ensino e a Valorização da Escola

Introdução

É uma verdade inofismável que o País precisa, para o seu desenvolvimento, de técnicos de nível intermédio devendo, por isto, serem incentivados e encaminhados os jovens que ambicionem seguir esse percurso escolar, canalizando as suas capacidades para este objetivo abrindo, concomitantemente, o acesso a uma profissão e ao prosseguimento de estudos no ensino superior. Aliás, há muito que os países do norte da Europa, os chamados “países ricos”, possuem um ensino secundário no qual, a principal via, é a educação tecnológica. A diferença entre a nossa realidade e a destes países está na atitude das pessoas, moldada ao longo dos anos pela convicção que o reconhecimento social só se atinge com a obtenção de um diploma de ensino superior.

Se é verdade que a decisão histórica de extinguir as Escolas industriais e comerciais se justificou pelo estigma social que as marcava, levando os filhos das classes sociais mais pobres a adquirir competências em profissões menos qualificadas, apostando na forte formação profissional em detrimento da educação cívica e da cultura científica, não é menos verdade que em 1989 houve quem tivesse diagnosticado o vazio educativo que daqui resultou e, em consequência deste diagnóstico, tivesse a visão de conceber e implementar o modelo das Escolas Profissionais que trouxe, ao panorama educativo português, planos curriculares e estratégias metodológicas para formação de técnicos intermédios de qualidade e de cidadãos de corpo inteiro, em simultâneo. Deve-se notar que o modelo das Escolas Profissionais assentou na sua integração no meio envolvente, com fortes ligações ao tecido empresarial local, tentando que os seus cursos respondessem às necessidades do mercado de emprego. O sucesso das Escolas Profissionais está diretamente ligado à empregabilidade comprovada dos seus diplomados e ao sucesso que muitos dos seus alunos, que optam pelo prosseguimento de estudos, obtêm nos cursos de ensino superior.

Em 2004, o Estado decidiu alargar o modelo das Escolas Profissionais ao ensino público e criou os Cursos de Educação Formação para Jovens, acabando com cursos alternativos - tecnológicos e/ou técnico-profissionais. Com estes cursos pretendeu-se mobilizar o sistema público, por um lado, para a necessidade de aumentar a escolarização dos jovens, combatendo o insucesso, o abandono precoce da Escola e preparando a adoção de 12 anos de escolaridade obrigatória e, por outro, aumentar a oferta educativa ao nível profissional e artístico. Começou-se, na nossa opinião, a dar os primeiros passos no sentido de incrementar a importância destes cursos no nosso panorama educativo. Contudo, para que esta mudança seja consolidada, torna-se obrigatória uma mudança de atitude. Estes cursos são, na sua génese, muito mais exigentes que os cursos científicos-humanísticos. São cursos que exigem dos alunos a aquisição de

uma sólida educação cultural e científica a par da aquisição de competências e conhecimentos e do desenvolvimento de atitudes para o desempenho profissional. São cursos que se realizam por vocação e não por obrigação, daí que a oferta educativa deva ser larga. Contudo, a organização curricular destes cursos e sua oferta deve estar na razão direta das necessidades do mercado de emprego atual ou que se perspetiva como vindo a existir a curto/médio prazo. A Escola pode e deve contribuir para a evolução das profissões. Para que o Ensino Profissional aceda ao lugar a que tem direito no panorama do sistema educativo português falta, agora, o passo mais importante: fazer do ensino profissional e artístico a via prioritária do ensino secundário e não um subsistema para onde se “empurram” os alunos com problemas de aprendizagem, de comportamento ou com desvios detetados em relação às normas comportamentais vigentes. Ao Estado compete implementar o modelo, garantir a sua qualidade e consolidar as necessidades em termos de recursos humanos e materiais para o seu desenvolvimento. À sociedade civil compete-lhe mudar a sua forma de olhar este tipo de ensino, exigindo a qualificação adequada dos seus diplomados, garantindo que o património de excelência que as Escolas Profissionais têm construído e acumulado, ao longo da sua existência, não se esboroe pela tentação de facilitar a exigência que é requerida – só a exigência conduzirá à excelência.

A EPGE conta com 34 anos de trabalho em prol deste modelo e confiamos no que o futuro nos trará, norteados pelos princípios que seguidamente apresentamos:

Princípios

- a. A EPGE é uma Escola Privada, assumindo os alunos, enquanto pessoas, como a única razão da sua existência;
- b. A EPGE é uma Escola para todos, tentando ser tanto mais inclusiva e abrangente quanto as suas possibilidades lho permitam, prestando um serviço público de educação;
- c. A EPGE promove a valorização do indivíduo apostando num processo educativo integral;
- d. A EPGE pugna por manter uma oferta educativa diversificada com o intuito de responder às necessidades do tecido empresarial. Assim, promove cursos de educação profissional de qualidade implementando estratégias que acompanhem a evolução tecnológica e mantém fortes ligações com as empresas solicitando-lhes, constantemente, opiniões sobre a qualidade dos seus alunos e as necessidades do mercado de trabalho.
- e. A EPGE busca formas de estimular, no Corpo Discente, o gosto e a necessidade de aprender, respeitando o seu ritmo de aprendizagem, mas responsabilizando-os pela gestão da mesma. Assim, os seus objetivos são os seguintes:

- i. Desenvolver uma pedagogia centrada no aluno;
 - ii. Adequar a formação às necessidades específicas do aluno, permitindo a cada um realizar escolhas apropriadas ao desenvolvimento de um processo pessoal de formação;
 - iii. Melhorar a capacidade de resposta da formação face às necessidades do mundo do trabalho, incrementando a adaptação permanente dos cursos ao desenvolvimento tecnológico e produtivo das atividades económicas;
 - iv. Reconhecer e integrar os conhecimentos e competências adquiridas, anteriormente, pelos alunos;
 - v. Melhorar os mecanismos de orientação e as condições de auto-orientação do aluno dentro do processo de aprendizagem;
 - vi. Manter atualizado todos os recursos materiais que disponibiliza para o processo de ensino/aprendizagem.
- f. A EPGE pretende ser um lugar onde todos os intervenientes, no processo de ensino/aprendizagem, evoluam na sua diversidade e ao seu ritmo;
- g. A EPGE norteia a sua atividade pela busca constante de metodologias inovadoras de aprendizagem que facultem uma formação de qualidade. Procura, constantemente, formas de estimular no Corpo Docente o gosto pela pesquisa de novas estratégias pedagógicas e de novas didáticas, visando a otimização do processo de ensino/aprendizagem. Assim:
- i. Espera-se dos Professores/Formadores, fundamentalmente, motivação para a mudança e atitude inovadora;
 - ii. Propõe-se um papel de orientador e mediador das aprendizagens, consultor e “estimulador”;
 - iii. Apela-se para que transforme a sua atividade de Professor/Formador em atividades de investigação, apostando em:
 - 1. Projetos de investigação/ação centradas nas suas práticas pedagógicas e nos projetos da Escola;
 - 2. Produção de materiais pedagógicos de apoio ao processo de ensino/aprendizagem;
 - 3. Diversificação das práticas pedagógico-didáticas;

- iv. Sugere-se que exija formação contínua e que pratique autoformação.
- h. A EPGE entende que um currículo é um instrumento dinâmico. Assim, procura, naquilo em que lhe é permitido, atualizá-lo constantemente fruto das tecnologias que o mercado utiliza;
- i. Para a EPGE a avaliação tem por objetivo central fornecer, ao aluno, elementos que lhe permitam gerir da melhor forma o seu próprio processo de aprendizagem. Para tanto, deve a avaliação proporcionar informação e elementos de apreciação sobre os pontos de êxito e os fatores de dificuldade encontrados na aprendizagem, suas causas e modalidades alternativas de trabalho que favoreçam o sucesso. Assim:
- i. A avaliação é de natureza, fundamentalmente, contínua;
 - ii. A avaliação organiza-se de molde a permitir a certificação dos conhecimentos e competências adquiridas;
 - iii. A avaliação supõe a participação e responsabilidade de todos os intervenientes no processo de ensino/aprendizagem, designadamente dos alunos, sem diluir a responsabilidade profissional do Professor/Formador pelo seu contributo para a avaliação.
- j. A EPGE promove o trabalho em equipa como forma de rentabilizar conhecimentos de cada membro, melhorar a qualidade da formação e da relação entre os atores envolvidos.
- k. A EPGE implementa atividades que visam detetar, precocemente, insuficiências de progresso curricular e, como consequência, promove atividades de enriquecimento curricular com o intuito de as evitar. Neste ponto encontra-se o nosso modelo de Tutoria (que inclui o “OET proj” – projeto que, para além da tutoria professor OET-tutor, assume, também, a forma de tutoria entre pares – alunos tutores - *peer tutoring*).
- l. A EPGE mantém um sistema de controlo de qualidade, medindo o grau de satisfação de todos os seus atores e buscando alternativas de carácter organizativo que potenciem a sua melhoria;
- m. A EPGE coloca à disposição dos seus alunos, funcionários e professores/formadores o acesso a novas tecnologias, tentando mantê-las atualizadas o mais possível;
- n. A EPGE será, cada vez menos, uma Escola onde alguns “Ensinam” e, cada vez mais, uma Escola onde todos “Aprendem”.

Minus doceri plusque plusque disceri

3. REFERENCIAL -PROJETO EDUCATIVO DA ESCOLA PROFISSIONAL GUSTAVE EIFFEL

DA EXPERÊNCIA À COMPETÊNCIA

3.1 INTRODUÇÃO

Um Projeto Educativo, manifestando a autonomia e identidade própria de uma Escola, especifica as linhas de ação de toda uma comunidade educativa. Da sua metodologia de conceção e implementação, nasce a partilha de ideias, intenções, objetivos e metas, porque uma comunidade educativa é um espaço interativo. Assim, embora com objetivos e metas partilhados, não existe um Projeto educativo único da EPGE.

Tendo em conta a realidade da existência de seis polos distintos, cada um com uma identidade própria, existirão seis Projetos Educativos distintos que, embora seguindo o preconizado/definido pelo Referencial do PE da EPGE, são construídos com e para a sua própria realidade.

O nosso modelo, enquanto instituição de ensino, e os nossos princípios mantêm-se, desde o início: **queremos educar e formar técnicos profissionais, dinâmicos, competentes e inovadores, criando para tal um ambiente académico de rigor e inovação.** Este é o modelo partilhado e que deverá estar na génese de cada Projeto Educativo da EPGE tendo em conta que o êxito de um Projeto Educativo advém da clareza dos seus princípios e do compromisso de todos os que nele se envolvem.

A nossa Escola tem vindo a conquistar uma identidade própria e ocupa um espaço reconhecido em cada uma das comunidades escolares e educativas em que nos inserimos.

Estamos certos que o título comum a cada um dos Projetos Educativos da EPGE – **Da Experiência à Competência** – espelha, com sentimento de profundidade, o investimento que qualquer Escola ou sistema de ensino deve procurar. Competência, como resultado de um saber que se constrói, fazendo.

O projeto não é uma simples representação do futuro, mas um futuro para fazer, um futuro a construir, uma ideia a transformar em ato.

Jean Marie Barbier

3.2 CARATERIZAÇÃO DA ESCOLA PROFISSIONAL GUSTAVE EIFFEL

3.2.1 A Ideia

A EPGE foi criada a partir de uma ideia existente nos meados da década de 80, quando se reconhecia a existência de assinaláveis insuficiências na formação técnico-profissional de base, no sistema de ensino português. Este projeto de Escola pretendeu contribuir para o desenvolvimento e consolidação de um modelo - o do ensino profissional – no qual se tem empenhado desde a primeira hora.

Sendo esta a sua matriz de referência, a atividade educativa/formativa que desenvolve visa, em primeira linha, a formação integral do jovem que terminou o terceiro ciclo de estudos do Ensino Básico (9º ano de escolaridade ou equivalente), preparando-o para o seu futuro desempenho profissional e pessoal, enquanto cidadão.

Em resposta ao desafio que o Estado Português lançou à sociedade civil, na época, foi fundada a EPGE, em agosto de 1989, com o intuito de formar técnicos intermédios qualificados, de forma a responder às crescentes necessidades do mercado de trabalho, resultantes do desenvolvimento tecnológico e das exigências decorrentes da integração de Portugal na União Europeia.

A EPGE assume-se como uma comunidade escolar em permanente desenvolvimento, na prossecução dos seguintes objetivos:

- Promover uma sólida formação de base que permita a valorização do indivíduo, apostando num processo educativo integral, nomeadamente nos domínios profissional, cívico, moral, social e afetivo;
- Desenvolver formação profissional de reconhecida qualidade, que permita aos diplomados, uma vez colocados na vida ativa, progressão técnica e adaptação permanente à evolução tecnológica e às complexas mutações do mundo do trabalho;
- Estimular o gosto e a necessidade de aprender, reconhecendo e respeitando ritmos diferenciados, auto responsabilizando o aluno pela gestão do seu próprio percurso;
- Incentivar a ambição do querer saber mais, como meio de combate à exclusão social e abandono escolar;
- Fomentar o trabalho em equipa, rentabilizando experiências individuais e colocando-as ao serviço de todos, como forma de otimizar a qualidade da formação e a relação dos diversos agentes do processo de ensino /aprendizagem;
- Desenvolver a integração de saberes a partir de processos de ensino/aprendizagem que motivem o aluno para o trabalho de pesquisa;

- Reconhecer e incentivar novos conceitos de currículo, onde possam ser aplicadas a experiência e iniciativa dos membros da comunidade escolar;
- Assegurar o direito à diferença dos membros da comunidade escolar, independentemente da sua nacionalidade, origem socioeconómica ou cultural, desenvolvendo atitudes de respeito, tolerância e solidariedade;
- Apostar em práticas pedagógicas democráticas, criando estruturas que permitam a participação de todos os membros da comunidade educativa nas atividades da Escola;
- Criar condições de trabalho e apoiar iniciativas que promovam a formação pessoal e profissional do pessoal docente e não docente;
- Dinamizar intercâmbios e parcerias com organizações, empresas, associações do mundo do trabalho e outras instituições locais, regionais, nacionais e internacionais.

Em suma, a EPGE pretende oferecer aos seus diplomados e a todos quantos nela trabalham, oportunidades que lhes permitam desempenhos profissionais e cívicos de grande exigência, capacidade de adaptação, inovação e realização pessoal.

3.2.2 O Nome da Escola

Aquando da criação da Escola, houve a necessidade de encontrar uma denominação que identificasse, com clareza, as nossas referências. Analisadas as várias propostas, foi escolhido o nome de “Gustave Eiffel”, emérita individualidade da História da Engenharia, responsável pela construção de grandes obras de arte, algumas delas em Portugal. O seu trabalho caracterizou-se por uma grande preocupação pelos aspetos humanos, bem como pela inovação, o recurso a novas técnicas e tecnologias, sendo de realçar o espírito de iniciativa e universalidade do seu trabalho, tendo construído e espalhado a sua obra em vários países e continentes. Por último, não é despidiendo o facto de se tratar de um engenheiro químico que se dedicou a outras áreas do conhecimento, resultado certamente de uma formação de base de espectro largo tal como a que pretendemos implementar na nossa Escola.

Algumas das obras mais importantes de Gustave Eiffel estão representadas no símbolo da EPGE: a ponte D. Maria, no Porto, construída entre 1875 e 1877 e a Torre Eiffel, em Paris, construída entre 1887 e 1889.

3.2.3 Fundamentação Legal

A EPGE é uma instituição de ensino privada criada ao abrigo do Decreto-Lei n.º 26/89, de 21 de janeiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 70/93, de 10 de março), com base no contrato-programa assinado em 4 de outubro de 1989 entre a Cooptécnica Gustave Eiffel, Cooperativa de Ensino e Formação Técnico Profissional CRL., o Ministério da Educação e o Ministério do Emprego e Segurança Social.

O presente Projeto Educativo atende ao enquadramento do Ensino Profissional decorrente do Decreto-Lei n.º 4/98, de 8 de janeiro, revogado pelo Decreto-Lei 92/2014 de 20 de junho atualmente em vigor.

3.2.4 Desenvolvimento Histórico

A EPGE possui instalações em cinco localidades: Amadora, Arruda dos Vinhos, Entroncamento, Lisboa e Queluz e funciona, atualmente, em 6 Polos /Escolas

Em 1989 iniciou a sua atividade num rés-do-chão do n.º 15 da Rua César de Oliveira em Queluz, com a Escola de Queluz, adaptado à função de estabelecimento de ensino pelo seu grupo fundador, onde se instalaram 2 salas de aula e dois laboratórios destinados às componentes tecnológicas. Funcionavam 4 turmas e 2 cursos (Informática Fundamental e Construção Civil) e lecionavam 16 professores/formadores. A sua estrutura administrativa era constituída por 5 funcionários. Desde 1989, ano em que se iniciou a atividade da EPGE, o Polo/Escola de Queluz triplicou a área das suas instalações, tendo sido dotado de todos os espaços necessários ao seu bom funcionamento. De salientar que a maioria das obras executadas, neste Pólo/Escola, foram, financeiramente, suportadas pela Cooptécnica Gustave Eiffel, CRL.

Na Amadora, a EPGE está instalada no edifício de uma Escola quase centenária, o Externato Alexandre Herculano, na Rua Luís de Camões, 4 e 6, onde em 1991, com o apoio do FEDER, foram executadas obras de reabilitação e ampliação visando adaptá-lo às necessidades mais prementes do Ensino Profissional. Foi concluída, em finais de 1998, uma segunda fase de obras, com a participação financeira do PRODEP, que permitiu dotar este Pólo/Escola de Amadora/Centro de maior capacidade em termos de instalações e equipamentos. Hoje dispõe de um espaço total ainda maior, pela aquisição de algumas áreas adjacentes.

No Entroncamento a EPGE está instalada num edifício adquirido em 1991, onde funcionou o Externato Mouzinho de Albuquerque, na Rua Mouzinho de Albuquerque, nº 8. O edifício estava bastante degradado, tendo sido executadas obras de restauro e ampliação com o apoio do FEDER. Em 2006 foi efetuada, uma remodelação da cobertura do edifício e uma ampliação das instalações, de forma a criar novos espaços. No entanto, hoje em dia as instalações do Polo/Escola do Entroncamento foram substancialmente ampliadas contando com infraestruturas no Campus Escolar do Entroncamento onde, atualmente, decorre a maior parte da sua formação pelas condições laboratoriais e de outros importantes espaços físicos que possui. De realçar ainda os espaços verdes que circundam os vários edifícios fazendo, daquele espaço, um espaço bastante aprazível.

A Sede da EPGE situa-se, a partir de 2001, na Rua Elias Garcia n.º 29.

Este edifício é composto por seis pisos, dos quais três se destinam à Educação/Formação contando com todas as infraestruturas necessárias ao funcionamento do Polo/Escola de Amadora/Sede. Nos restantes três pisos funcionam os serviços centrais: a Direcção, a Direcção Pedagógica, a Direcção de Recursos Humanos, os Serviços Financeiros e os Gabinetes Administrativos.

Em 2007 e 2008 a EPGE ampliou as suas instalações com a criação de dois novos Polos/Escolas: O Pólo/Escola do Lumiar, situado na Alameda das Linhas de Torres n.º 179, Lisboa, num Campus Académico (*Campus Lumiar – Lisboa*), que inclui, ainda, as entidades de Ensino Superior do ISEC-Lisboa e do ISTEAC, e o Pólo/Escola de Arruda dos Vinhos, inicialmente, situado no Pavilhão Multiusos - Vale Quente, em Arruda dos Vinhos, hoje na Rua Engenheiro Francisco Borges, 2 - 1º Andar, Edifício *Agrocamprest*

O tipo de ensino desenvolvido pela EPGE implica a existência de grande número de laboratórios, de forma a garantir aprendizagens baseadas na experimentação e na prática simulada. Estes pressupostos justificam os grandes investimentos realizados, tanto em instalações como em equipamentos.

3.2.4.1 O Polo de Queluz

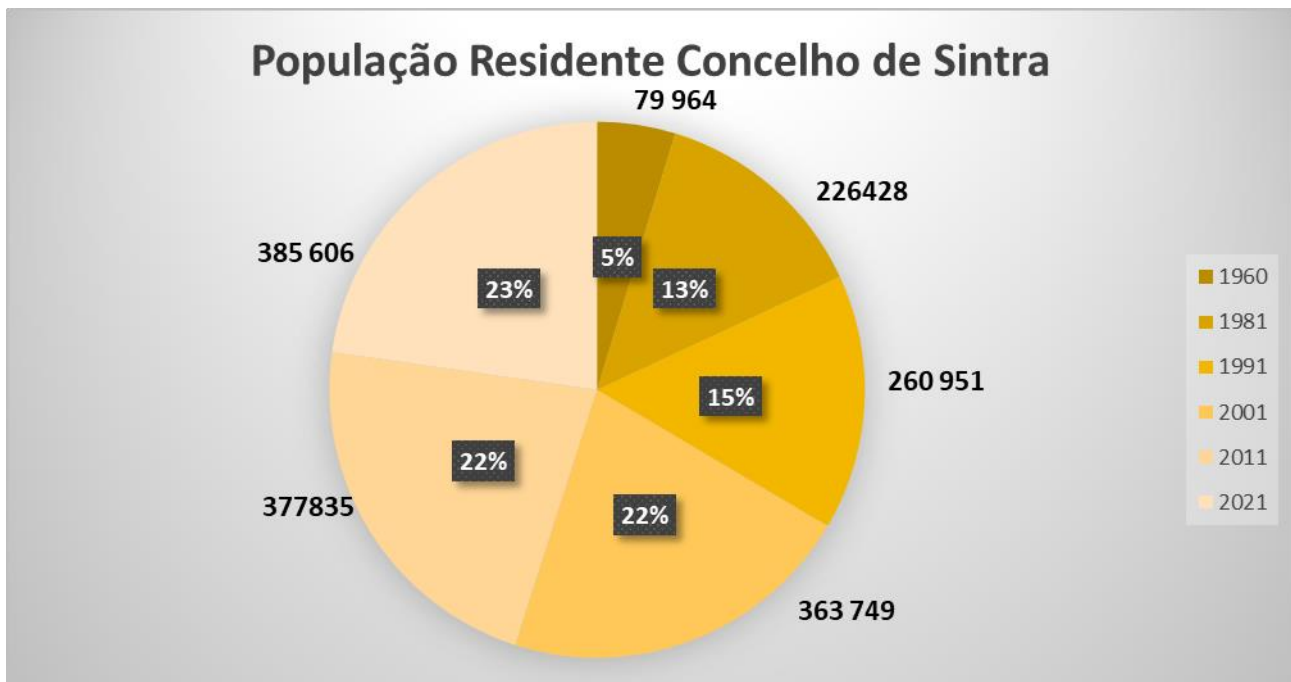
Este Pólo da Escola Profissional Gustave Eiffel situa-se na Rua César de Oliveira, nº 15, em Queluz, concelho de Sintra.

Fazendo parte integrante da Área Metropolitana de Lisboa, o concelho de Sintra encontra-se limitado a norte pelo município de Mafra, a leste por Loures, a sudoeste pela Amadora, a sul por Oeiras e Cascais e a oeste pelo Oceano Atlântico. Abrange uma área total de 319,2 Km² e possui cerca de 377 835 habitantes.

Esta região foi desde muito cedo alvo de ocupação humana - como atestam a existência de dólmenes, necrópoles e alguns utensílios pré-históricos - quer seja pelo seu clima, a fertilidade das suas terras, a

relativa proximidade do estuário do Tejo ou a proximidade da cidade de Lisboa. A vila de Sintra foi conquistada por D. Afonso Henriques aos Mouros em 1147, logo após a tomada de Lisboa.

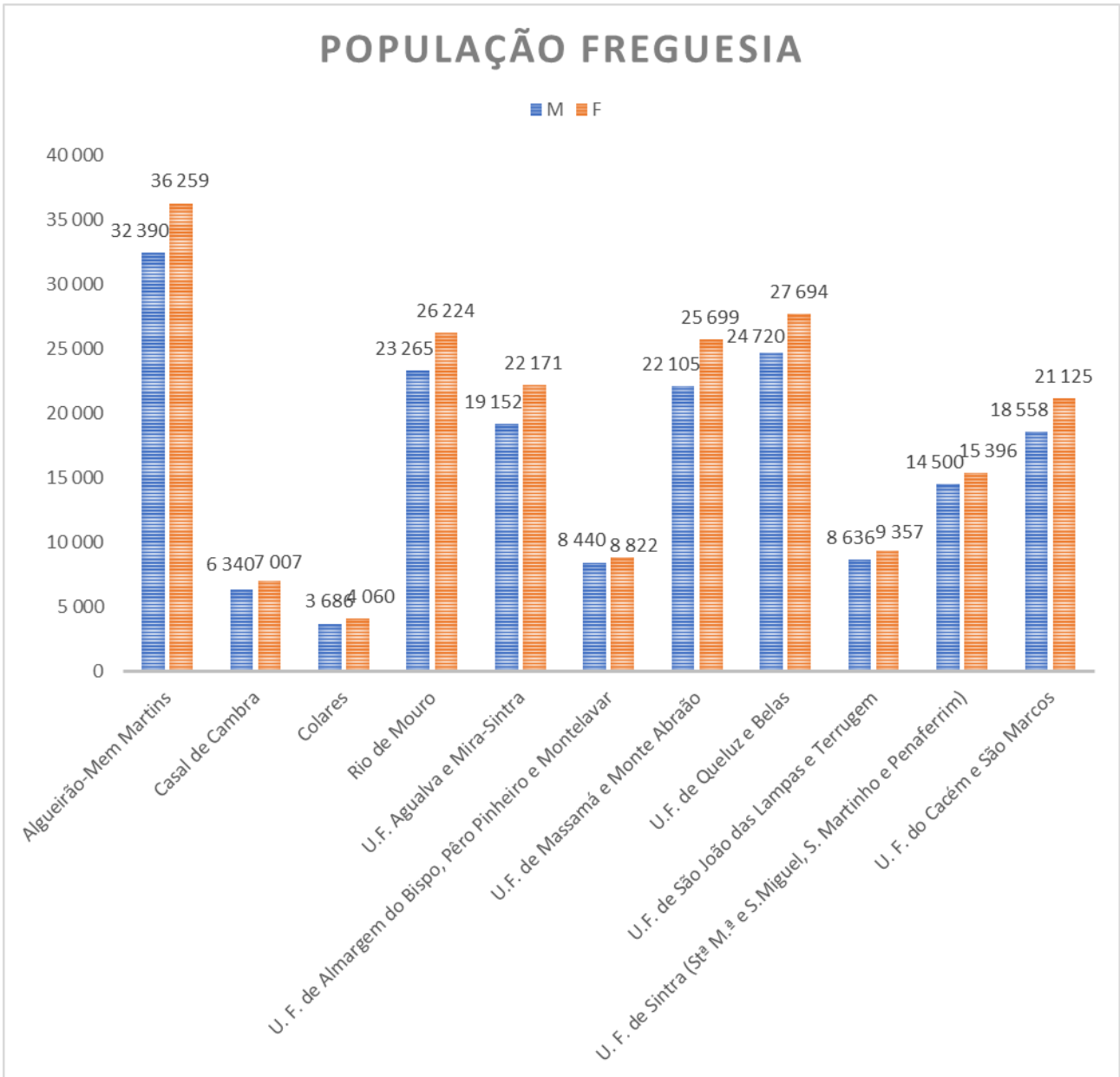
O município de Sintra é um dos concelhos da Área Metropolitana de Lisboa que registou um maior crescimento demográfico nas últimas décadas, passou de 19,4% da população residente na Grande Lisboa em 2001 para 21,01% em 2021.



Fonte: INE

A extensa zona rural do concelho encontra-se pouco povoada devido à degradação do quadro da vida rural, os elevados preços da habitação e a especulação imobiliária que influenciam o deslocamento da população jovem para a zona urbana, densamente povoada, que se desenvolveu ao longo da linha de caminho de ferro. Assim, denota-se uma crescente concentração populacional no corredor urbano, junto à via férrea, onde se foram fixando sucessivas vagas de população migrante constituídas, essencialmente, por adultos jovens não só portugueses, mas também oriundos dos PALOP, do Brasil e dos países da Europa.

As freguesias do corredor urbano Queluz/Portela concentravam 75% da população de Sintra no ano de 2021. As freguesias mais atrativas são as de São Pedro de Penaferrim, Rio de Mouro, Belas e Algueirão - Mem Martins e as menos atrativas são as de Casal de Cambra e Colares.

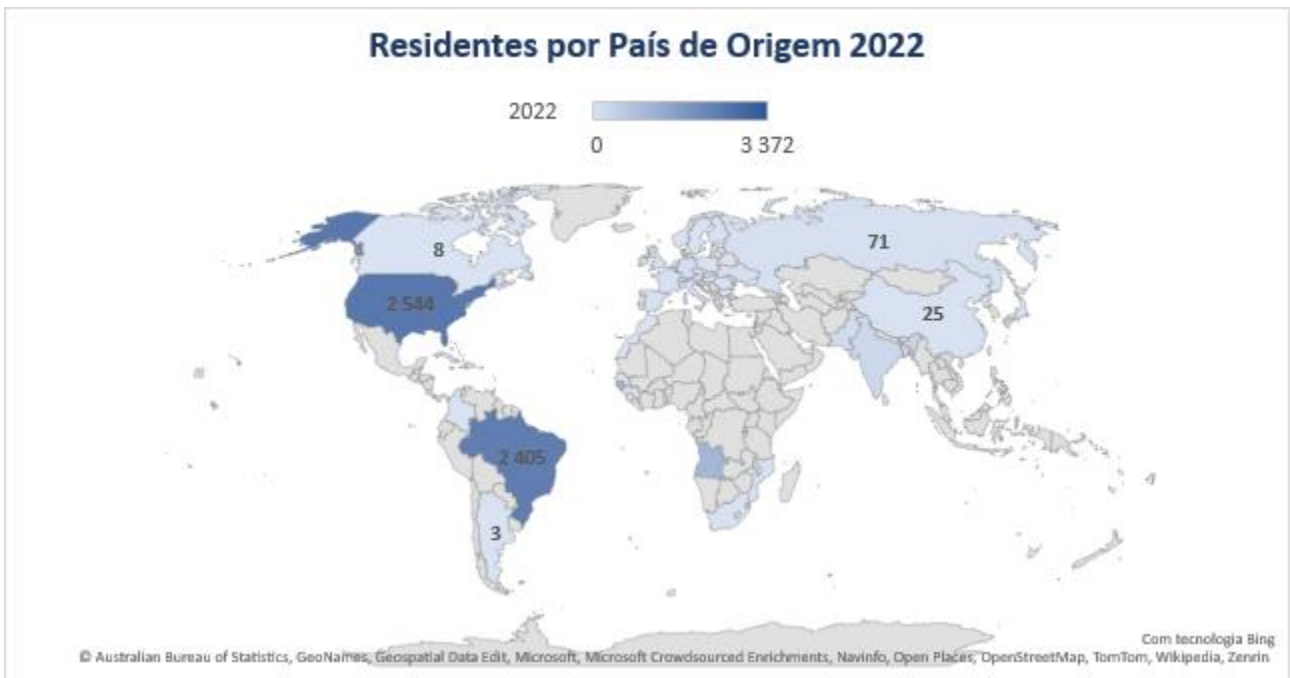
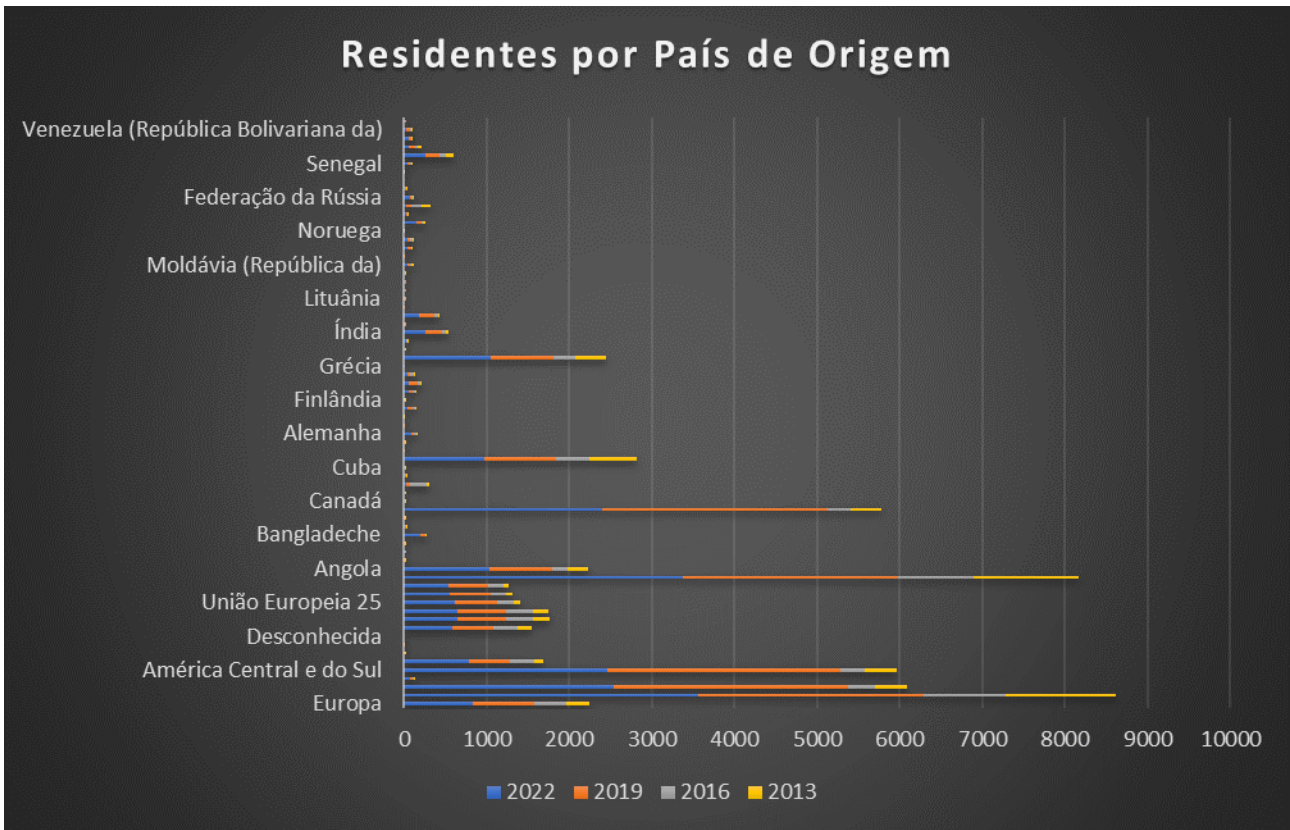


Em termos de grupos etários, em 2021, quase um terço da população do concelho de Sintra (67,4%) situava-se entre os 15 e os 64 anos. Embora o índice de envelhecimento da população do município tenha aumentado de 77,1% no ano de 2011 para 80,4% no ano de 2021, trata-se sobretudo de uma população jovem em relação à média nacional e é o concelho com a estrutura etária mais jovem de toda a Área Metropolitana de Lisboa.



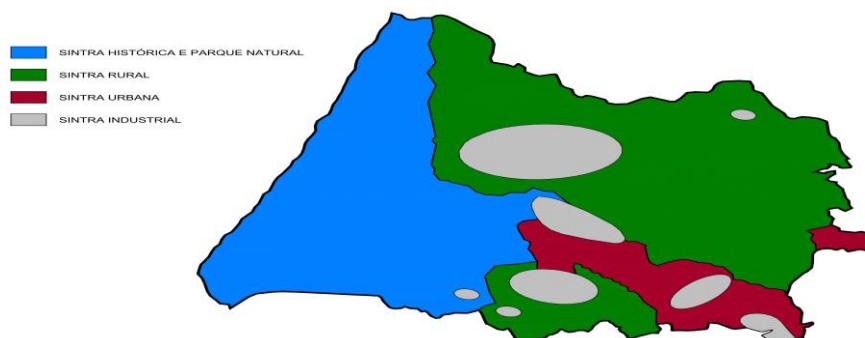
Fonte: INE – Censos 2021

Mais de 80% dos residentes não são originários do concelho sendo que destes 13% são estrangeiros. Este concelho reúne 40% dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana de Lisboa. Cerca de um terço dos estrangeiros (55,6%) residentes no concelho de Sintra são originários dos PALOP e do Brasil.



A principal classe de uso dos solos do concelho de Sintra é a dos espaços naturais ou com valências culturais, aproximadamente 109 Km², e dos espaços agrícolas, cerca de 73 km². A maioria dos espaços naturais estão protegidos pelas servidões e condicionantes antevistos nos vários planos de ordenamento do território e pelos instrumentos legais específicos de conservação da natureza. Quanto aos espaços agrícolas, cerca de 12% dos solos do concelho têm excelente aptidão agrícola, nomeadamente na parte

norte do município, assinaladamente na região de Almargem do Bispo. A Serra de Sintra, a região vinícola de Colares e as zonas hortícolas das Azenhas do Mar e Pêro Pinheiro, são áreas específicas, com valor reconhecido no PROTAML. No Plano de Desenvolvimento Estratégico do Concelho de Sintra o município encontra-se dividido em quatro áreas distintas: Sintra Histórica e Parte Natural, Sintra Rural, Corredor Urbano e Sintra Industrial.



A Sintra Histórica e Parque Natural apresenta entre as suas valências positivas, a paisagem cultural e natural de excelência, o grande potencial de atração, a existência de produtos agrícolas provenientes da região e uma regular animação cultural. Destacam-se nesta zona como pontos negativos, entre outros, a degradação dos edifícios e património histórico, cultural e ambiental, uma população envelhecida, a situação de abandono da agricultura de subsistência, o desaparecimento do comércio tradicional e o sobredimensionamento de manchas urbanas ligadas ao turismo, recreio e lazer, nomeadamente em Colares e Magoito.

A Sintra Rural apresenta uma grande riqueza e diversidade em termos naturais, um património de identidade cultural, potencial turístico, crescimento da agricultura biológica e da agro-indústria e a possível transformação de antigas zonas agrícolas sem produtividade e importância ambiental em novas zonas industriais ou habitacionais. Nesta área são apontados como pontos menos positivos a falta de oferta hoteleira, a degradação de certas quintas, aldeias e recursos naturais, o despovoamento, a tendência para a expansão urbana sem planeamento ao longo da linha de Oeste e a depreciação das tradições relacionadas com a cultura popular, entre outros.

O Corredor Urbano possui um potencial aproveitamento e dinamização das zonas ecológicas, arqueológicas e patrimoniais existentes, sofreu uma melhoria ao nível do transporte ferroviário e tem a mais valia da requalificação urbana e ambiental realizada no âmbito do POLIS Cacém. São exemplos de aspetos negativos o crescimento urbano desordenado, a deterioração do parque urbano, a lógica de construção de baixo preço e baixa qualidade, a pressão urbana sobre a paisagem, o ambiente e o património construído, a escassez e o mau estado de conservação dos espaços verdes, a caótica mobilidade interna nas zonas

urbanas, o aumento de minorias étnicas e a escassez de estruturas de acolhimento e integração de imigrantes.

A Sintra Industrial tem como pontos fortes a disponibilidade do solo industrial a preços competitivos, a margem de crescimento da área industrial e a política de preservação do ambiente. Como pontos negativos possui as acessibilidades inadequadas às necessidades industriais, a falta de parques industriais definidos e enquadrados com o meio envolvente, a mistura de áreas industriais e residenciais, impactos ambientais e a existência de resíduos perigosos.

Ocupando uma área de aproximadamente 1289 hectares, o equivalente à dimensão conjunta dos espaços industriais dos concelhos da Amadora, Cascais e Oeiras, os espaços industriais do concelho de Sintra encontram-se na sua maioria estruturados ao longo do IC19.

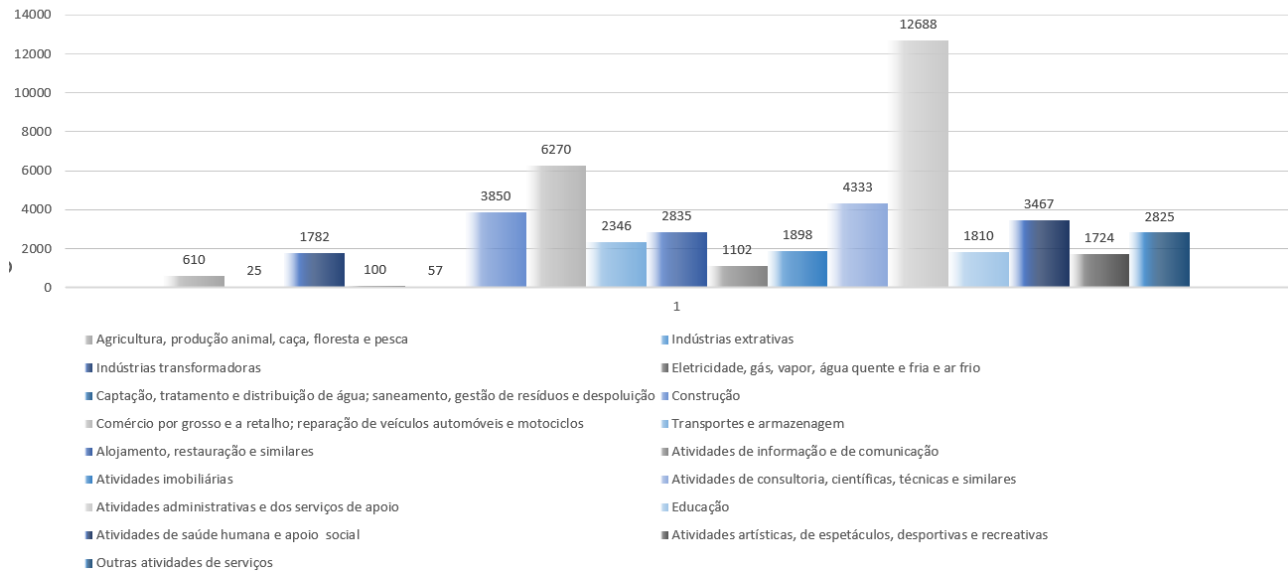
A taxa de atividades do concelho é de 68,7% e denota-se o crescimento da população ativa em especial nas freguesias de São Pedro de Penaferrim, Massamá- Monte Abraão , Belas-Queluz e Algueirão-Mem Martins.

A estrutura empresarial encontra-se dominada por pequenas e médias empresas e na globalidade da atividade industrial contam-se cerca de 93% de estabelecimentos com menos de cinquenta pessoas ao serviço existindo apenas cinco estabelecimentos industriais com mais de quinhentas pessoas ao serviço.

Denota-se um aumento das empresas ligadas ao sector da construção civil, atividades de comércio e serviços prestados às empresas e um conseqüente aumento das empresas ligadas às atividades imobiliárias, de transporte e de armazenagem.

Houve uma diminuição das empresas industriais, mesmo nos sectores tradicionalmente mais importantes como os minerais não metálicos, o fabrico de máquinas, equipamentos e material de transporte, as atividades gráficas e de edição ou a indústria agro-alimentar, denotando-se uma conseqüente diminuição do emprego industrial nestas áreas.

EMPRESAS POR ATIVIDADE



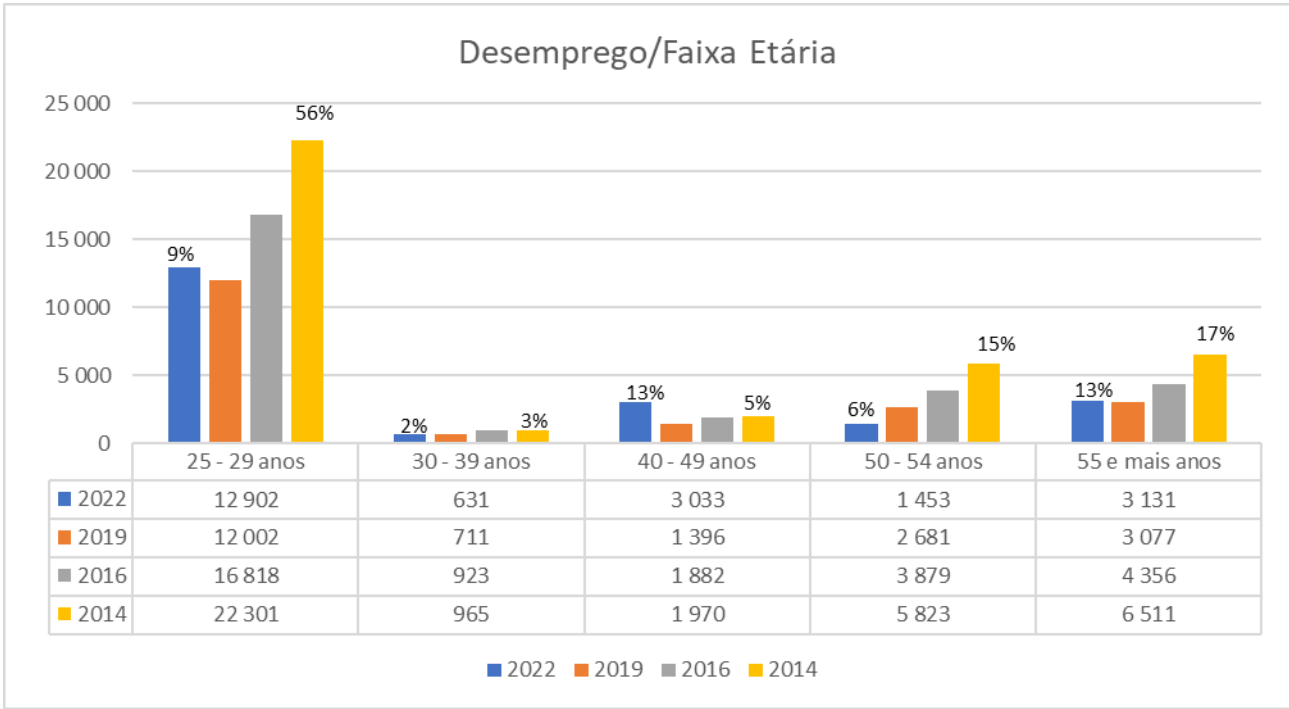
Em termos de emprego as atividades terciárias ganharam uma importância relativa, nomeadamente nas áreas do comércio grosso e a retalho e nos sectores dos serviços de apoio às empresas. O concelho apresentou uma evolução mais dinâmica que a nacional em termos de emprego nos sectores dos serviços de apoio às empresas, serviços sociais e de saúde, construção e obras públicas, atividades imobiliárias e no sector do turismo.

No que diz respeito ao nível de qualificação escolar da população residente no concelho de Sintra, destaca-se a presença de um elevado número de pessoas que possuem o Ensino Básico (50,62%) e o Ensino Secundário (30,8%). A taxa de analfabetismo no ano de 2021 era de 3,9% sofrendo uma diminuição de 3,5% em relação a 2011.

No que diz respeito às habilitações literárias da população de Queluz, freguesia acolhedora deste Pólo da Escola Profissional Gustave Eiffel, dados do INE revelam que a maior parte da população possui o 1º ciclo do Ensino Básico ou o Ensino Secundário, existindo um número significativo de população que possui apenas o 2º ou 3º ciclos do Ensino Básico.



Os dados recolhidos acerca da população residente na freguesia de Queluz revelam que existem carências ao nível da formação, existindo uma percentagem significativa de pessoas que não terminou a escolaridade obrigatória. De forma a dar resposta às carências existentes, é adequado apostar em formação de dupla certificação, procurando-se, deste modo, colmatar a baixa escolaridade e propiciar o aumento de qualificações profissionais que possam dar resposta às taxas de desemprego.



A partir de 2014 a taxa de desemprego tem vindo a diminuir e em 2021 temos uma taxa de 20.0%. As freguesias de Queluz, Massamá, Agualva-Cacém, São Marcos, Rio de Mouro e Algueirão-Mem Martins apresentam o maior número de desempregados à procura do primeiro emprego.

A faixa etária dos 20 aos 34 anos é a mais afetadas pelo desemprego. Entre os 35 e os 59 anos a incidência de desemprego é menor.

Um elevado número de desempregados possui o Ensino Secundário (25,2%) ou o 1º Ciclo do Ensino Básico (31,1%).

Em matéria de acessibilidades, o concelho de Sintra encontra-se servido por quatro grandes infra-estruturas de acessibilidade rodoviária e ferroviária: o IC19, via utilizada por grande parte da população do concelho que usa o transporte próprio nas deslocações diárias para a cidade de Lisboa, o IC18/CREL, o IC16, que atravessa o concelho a norte dos aglomerados urbanos do eixo Sintra-Lisboa, o IC30 ligando o Concelho de Cascais ao litoral Oeste e criando uma malha rodoviária com o IC16, IC18 e IC9, e a linha de caminho-de-ferro de Lisboa a Sintra, o principal eixo de sustentação do transporte coletivo.

Todos os dias úteis uma elevada percentagem da população desloca-se para fora do concelho, por motivos de trabalho ou estudo, o que promove o congestionamento rodoviário.

O concelho pode ser dividido em quatro diferentes unidades de paisagem: a zona saloia, localizada na parte norte do concelho, com características tipicamente agrícolas que abrange a área agro-florestal da Serra da Carregueira; a faixa litoral, com grande diversidade de habitats, mas sujeita ao crescente desenvolvimento urbano; a Serra de Sintra, uma área vegetal com espécies autóctones que tem vindo a alterar-se devido à atividade agrícola e aos incêndios florestais; e a zona sul urbana, com um grande número de locais artificialidades, em especial no eixo Amadora-Sintra. Classificada pela UNESCO como Património Mundial/Paisagem Cultural, Sintra possui monumentos e vestígios arqueológicos, parques e manchas florestais, um centro histórico e arquiteturas áulica, militar e religiosa.



Fonte: www.cm-sintra.pt

O Centro Histórico da Vila Velha de Sintra foi construído numa zona de grande declive, no sopé da serra. Possui uma grande praça pública adjacente ao Palácio, onde converge a principal estrutura viária da vila. Aqui localizam-se vários equipamentos públicos de carácter social e cultural, predomina o comércio do artesanato e artigos regionais e tem vindo a instalar-se um crescente número de restaurantes e bares influenciados pelo potencial turístico desta vila.

Foi em 1839 que D. Fernando II, depois de adquirir as ruínas do Mosteiro Jerónimo de Nossa Senhora da Pena, iniciou a adaptação deste último a palacete. O Palácio



Nacional da Pena, inspirado nos palácios da Baviera, possui, entre outros, motivos mouriscos, góticos e manuelinos.



O Parque da Pena foi planeado por D. Fernando II de forma a simular o natural. É construído por lagos ligados entre si por cascatas, fontes, bicas, pequenos recantos, miradouros e mais de duas mil espécies de plantas representativas de vários pontos do mundo.

Fonte: www.cm-sintra.pt

A Quinta da Regaleira, edificada no início do século XX, é a glorificação da história nacional influenciada pelas tradições místicas e esotéricas e fruto de influências góticas, manuelinas e renascentistas do seu antigo proprietário António Monteiro e do seu arquitecto Luigi Manini.



O Palácio de Seteais, um edifício neoclássico hoje transformado num hotel, foi construído no final do século XVIII por Daniel Gildemeester e sofreu obras de ampliação no século XIX.

Fonte: www.cm-sintra.pt

No século XIX Francis Cook ordenou a construção do Palácio de Monserrate a partir das estruturas subsistentes do antigo castelinho neogótico de DeVismo. Nos jardins que rodeiam este palácio podem ser observadas mais de 3000 espécies de plantas oriundas dos cinco continentes.



Fonte: www.cm-sintra.pt



O Castelo dos Mouros foi construído por muçulmanos no século IX. Crê-se que teria tido como função a defesa e vigilância de Lisboa e proximidades. Foi no século XIX que D. Fernando II procedeu ao seu restauro integral.

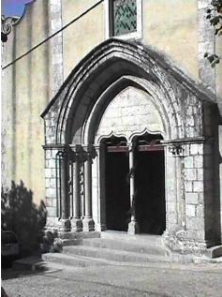
Fonte: www.cm-sintra.pt

O Convento dos Capuchos, ou Convento de Santa Cruz da Serra, foi mandado construir num local isolado e inóspito por D. Álvaro de Castro em 1560. Estando habitado até ao final do século XVIII, tornou-se famoso pela pobreza da construção e pelas condições de



Fonte: www.cm-sintra.pt

vida que lhe estão associadas.



A Igreja de Santa Maria é um edifício gótico de três naves, com tramos de arcaria ogival e capitéis lavrados. Foi fundada por D. Afonso Henriques após a reconquista e alterada entre os séculos XIII e XIV.

Fonte: www.cm-sintra.pt

Entre as praias mais conhecidas do concelho de Sintra encontramos a Praia das Maçãs, que cativa com a sua areia dourada e as suas águas límpidas, propícias para a prática de desportos aquáticos. A 2km desta última, a Praia Grande com as suas famosas ondas atrai muitos praticantes de surf.



Fonte: www.visitportugal.com



O Cabo da Roca constitui o ponto mais a ocidente da Europa Continental. Possui o terceiro farol mais antigo da costa portuguesa, construído em 1772, e o primeiro a ser construído de raiz no nosso país. O farol situa-se a uma altitude 5m, tem 22m de altura e a sua luz tem um alcance de, aproximadamente, 48Km.

Fonte: www.lifecooler.com

Relativamente ao Plano de Desenvolvimento Estratégico – Sintra 2015, da Câmara Municipal de Sintra, atribuímos particular relevância aos seguintes vetores estratégicos:

Sintra Romântica

❖ **Vetor estratégico:** “Sintra Produto Turístico”

- **Objetivo:** “O turismo não massificado assente na segmentação do mercado”

Estratégias: realizar campanhas de atracção turística para fora da vila; criar unidades hoteleiras de média dimensão nas zonas periféricas à vila de Sintra; destinar casas e quintas da vila para turismo de habitação; criar mais pousadas da juventude.

- Objetivo: “Apostar no turismo cultural, de lazer e desportivo”

Estratégias: criar e promover roteiros turísticos; criar restaurantes nas zonas balneares e na vila.

❖ **Vetor estratégico**: “Sintra como polo de conhecimento”

- Objetivo: “Aumentar a produção intelectual com origem no concelho”

Estratégias: criar escolas técnicas e profissionais.

- Objetivo: “Rejuvenescimento da população”

Estratégias: recuperar edifícios para residência de estudantes e investigadores

❖ **Vetor estratégico**: “Sintra como polo de conhecimento”

- Objetivo: “Aumentar a produção intelectual com origem no concelho”

Estratégias: criar escolas técnicas e profissionais.

- Objetivo: “Rejuvenescimento da população”

Estratégias: recuperar edifícios para residência de estudantes e investigadores

❖ **Vetor estratégico**: “Sintra para todos e para sempre”

- Objetivo: “Recuperar e preservar o património natural”

Estratégias: promover atividades de educação cultural; proteger e conservar o ambiente da serra.

Sintra Rural

❖ **Vetor estratégico**: “Aproveitar o património rural e arqueológico”

- Objetivo: “Recuperar o património rural e arqueológico”

Estratégias: reconverter quintas agrícolas devolutas para o turismo, habitação e atividades agrícolas.

- Objetivo: “Desenvolver o turismo de lazer, rural, agrícola e de atividade”

Estratégias: criar um polo hoteleiro perto da costa; aproveitar quintas agrícolas para agro-turismo, turismo rural e de habitação; criar circuito cultural salão para atracção de visitantes urbanos; construir circuitos pedestres e ciclo turísticos.

- Objetivo: “Aproveitar a ruralidade para fins pedagógicos e terapêuticos”

Estratégias: construir uma quinta pedagógica para aprendizagem da vida rural; criar SPA's e outros equipamentos terapêuticos.

❖ **Vetor estratégico:** “Produção agrícola de marca Sintra”

- objetivo: “Aumentar a produção agrícola”

Estratégias: criar associações de produtores agrícolas; criar condições de acesso à terra (fundo); criar bolsa de emprego rural; promover uma grande feira ou certame agrícola para promoção agrícola.

- objetivo: “Conservar e explorar os produtos agrícolas típicos”

Estratégias: criar incentivos à produção de produtos agrícolas típicos; criar viveiros e banco de sementes de espécies típicas; criar entidade certificadora e promotora dos produtos agrícolas típicos; promover o curso de conservação de espécies em perigo na Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra.

- objetivo: “Desenvolver o capital humano na vertente agrícola”

Estratégias: criar escola técnica agrícola; apoiar hortas no sentido de atrair novos agricultores; fomentar atividades extracurriculares de índole rural para a população escolar.

- objetivo: “Desenvolver a agricultura “biológica””

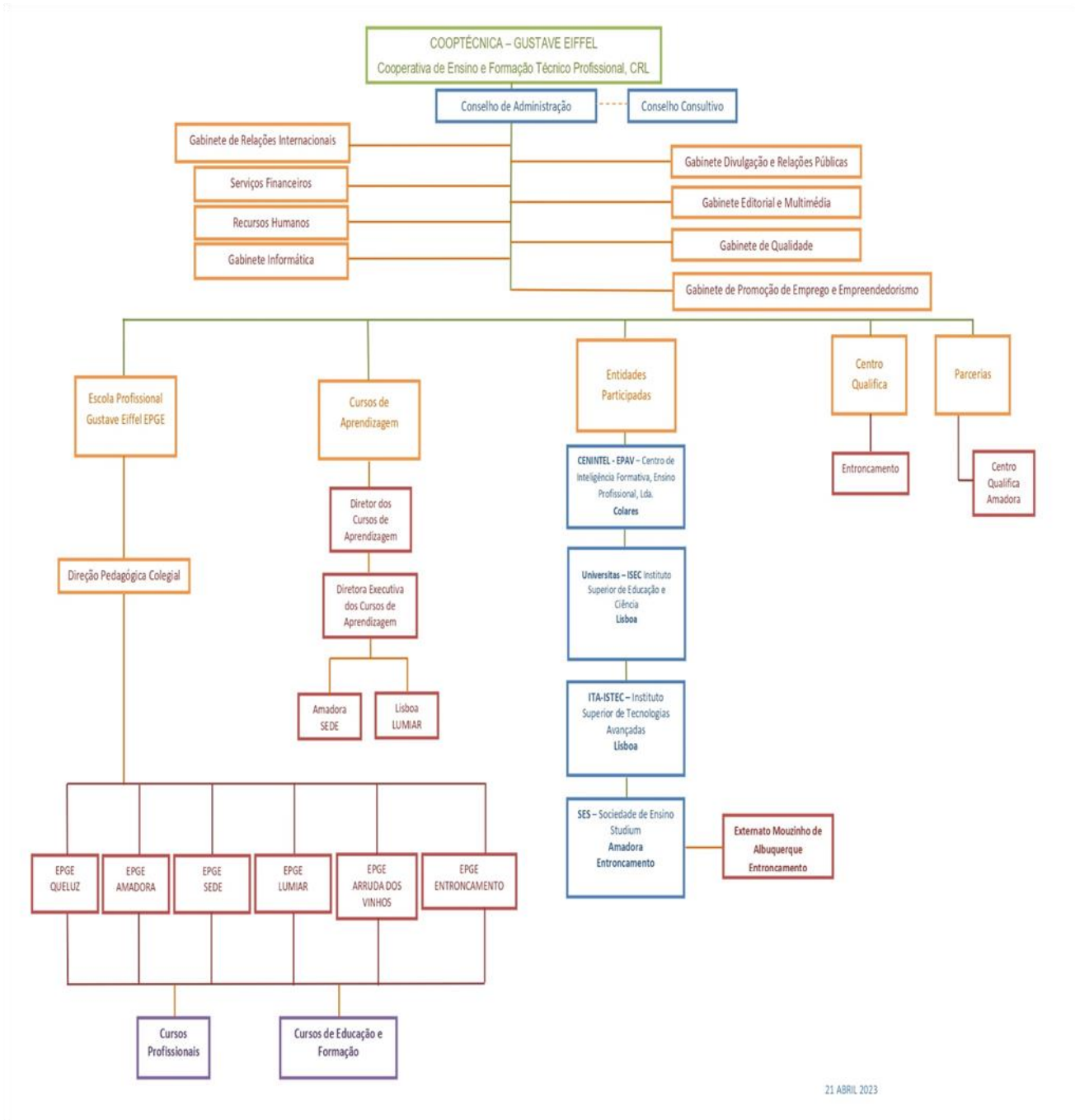
Estratégias: criar bolsas de exploração agrícola “biológica”; oferecer formação relacionada com a agricultura “biológica”.

- objetivo: “Desenvolver a agro-indústria”

Estratégias: abrir parques agro-industriais nas proximidades das produções agrícolas; criar uma entidade que fomente a ligação entre produtores agrícolas e produtores agro-industriais.

3.2.5 Organização Interna da COOPTÉCNICA

3.2.5.1 Estrutura orgânica / organigrama



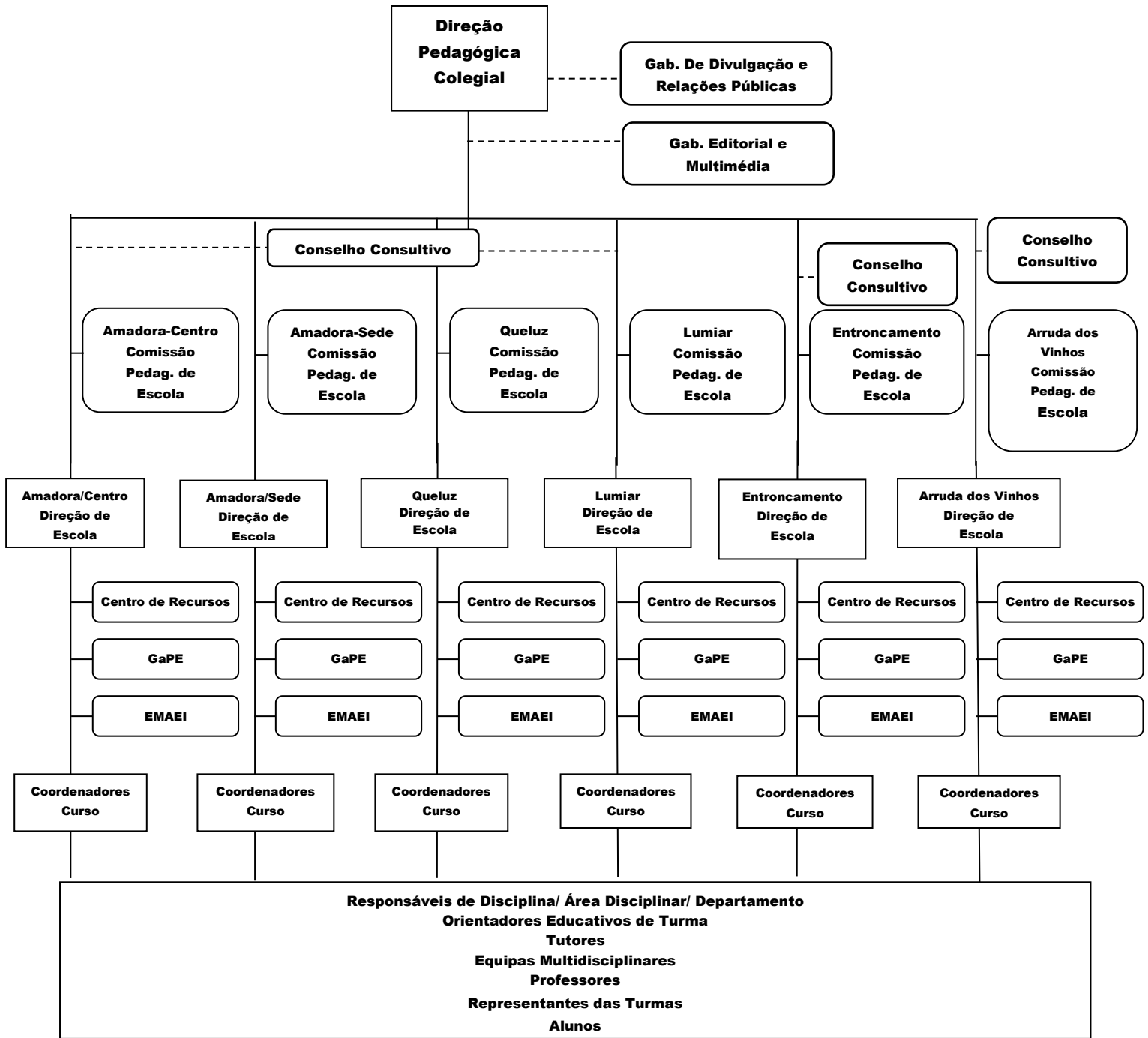
3.2.5.2 Articulação entre os vários departamentos

A Cooptécnica Gustave Eiffel, CRL é detentora da Escola Profissional Gustave Eiffel (EPGE) que, embora tendo 6 polos/escolas, obedecem a um conjunto de departamentos centrais da própria Cooptécnica.

O Conselho de Administração emana as suas diretrizes através de Nota Interna, que tem força de lei dentro de toda a Instituição, apoiado pelas informações que recebe dos outros departamentos centrais (Departamentos Financeiro, de Recursos Humanos, Pedagógico, entre outros) e após discussão e consenso entre os vários membros.

Na posse das diretrizes emanadas pelo Conselho de Administração, a Direção Pedagógica Colegial partilha-as com os Diretores dos vários polos/escolas, com quem forma a Direção Técnico – Pedagógica e, juntos, deverão garantir o cumprimento dessas diretrizes.

3.2.6 Organigrama da Estrutura Pedagógica da EPGE



*- GaPE – Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo

**- EMAEI – Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva

Cada polo/escola tem uma estrutura pedagógica própria, constituída pelo seu Diretor(a); Subdiretor(a); Adjunto (s); um Coordenador de Curso para cada um dos cursos que aí funcionam; um Orientador Educativo de Turma por cada turma em funcionamento; Responsáveis de cada área curricular, Responsável de cada um dos Laboratórios específicos, Tutores por alunos identificados; professores e alunos, para além dos serviços auxiliares: secretaria (sob responsabilidade do chefe de secretaria), de informática e de limpeza.

Cada polo/escola conta, também, com o respetivo **Centro de Recursos**, que é muito mais do que um centro de recursos educativos. É onde os alunos se dirigem quando têm dificuldades na aprendizagem, e para fazer pesquisas e trabalhos escolares, com ou sem acompanhamento do professor

É onde pequenos grupos de alunos tiram as suas dúvidas com um professor, é onde se criam e recriam atividades extracurriculares ou *circum*-escolares.... É a primeira porta a que cada aluno se lembra de bater em qualquer circunstância. É, pois, a alma e o coração de cada uma das escolas.

No entanto, cada um dos polos responde perante os órgãos centrais consoante a matéria considerada ou seja: em termos pedagógicos reporta à Direção Pedagógica Colegial; em termos financeiros ao departamento de Serviços Financeiros e Conselho de Administração e em termos Administrativos e de Recursos Humanos, ao Departamento de Recursos Humanos.

Quanto a estes últimos, se os recursos humanos considerados forem professores ou formadores deverão, também e à partida, obter a autorização da sua contratação junto da Direção Pedagógica Colegial para avaliação das suas habilitações académicas, profissionais e/ou técnicas e de experiência profissional.

Também os técnicos de informática de cada polo/escola para além de reportarem ao respetivo Diretor do polo, articulam, simultânea e sistematicamente, com o Gabinete de Informática central (GI) garantindo toda a informação e segurança de forma centralizada.

3.2.7 Direção Técnico-Pedagógica

A Direção Técnico-Pedagógica da EPGE (estrutura equivalente ao conceito de Conselho Pedagógico) é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente e não docente. Na EPGE este órgão é constituído por membros permanentes e por membros variáveis (cuja presença em reuniões é condicionada às matérias em discussão).

A Direção Técnico-Pedagógica tem como principal desígnio a organização de suporte ao processo de ensino/aprendizagem na Escola, nomeadamente:

- Gerir a implementação dos Projetos Educativos;
- Elaborar, anualmente, os Planos de Atividades;
- Organizar e gerir todo o processo de ensino/aprendizagem;
- Monitorizar a evolução modular dos diversos cursos em funcionamento, introduzindo-lhe elementos de retificação no sentido de melhorar, permanentemente, os cursos;
- Indagar as áreas de atividade mais carenciadas, propondo a abertura de novos cursos e concebendo a respetiva organização modular;
- Avaliar a qualidade de formação ministrada, bem como a de todos os agentes do processo de ensino - aprendizagem;
- Assegurar o cumprimento dos direitos e deveres dos professores/formadores e alunos;
- Propor à Direção a contratação dos considerados necessários em cada ano letivo;
- Acompanhar o percurso escolar dos alunos da EPGE, intervindo sempre que necessário no sentido de procurar melhorar o seu desempenho;
- Promover o desenvolvimento de materiais de apoio à formação, sejam de índole pedagógica, técnica, científica ou didática;
- Elaborar e divulgar as comunicações internas necessárias e outro expediente de âmbito pedagógico;
- Propor a aquisição de diferentes recursos considerados necessários e ajustados ao desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem.

CONSTITUIÇÃO DA DIREÇÃO TÉCNICO-PEDAGÓGICAMembros Permanentes

- **Direção Pedagógica Colegial**
- **Diretores de Polo**

Membros Variáveis (presença condicionada às matérias em discussão)

- **Sub Diretores de Polo**
- **Adjuntos dos Diretores de Polo**
- **Coordenadores de Curso**
- **Responsáveis de Departamento (quando aplicável)**
- **Responsáveis de Área Curricular (quando aplicável)**
- **Orientadores Educativos de Turma (quando aplicável)**
- **Responsáveis pelos Orientadores Educativos de Turma (quando aplicável)**
- **Responsáveis pelo Gabinete de Apoio ao Aluno (quando aplicável)**

3.2.8 Oferta Formativa 2024-2027

CURSOS PROFISSIONAIS

PÓLO/ESCOLA	CURSOS A ABRIR 2023- 2026	Número de Turmas Novas
QUELUZ	Animador Sociocultural	1
	Técnico de Turismo	1
	Técnico de Ação Educativa	1

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

PÓLO/ESCOLA	CURSOS A ABRIR 2023 - 2026	Número de Turmas Novas	Tipologia
QUELUZ	Assistente Administrativo/a	2	Tipo 3

3.3 PRINCÍPIOS ORIENTADORES – MODELO DE FORMAÇÃO

O modelo de educação e formação implementado na EPGE aponta para um processo de ensino/aprendizagem de proximidade, centrado no aluno e apoiado em estímulos à autoaprendizagem e à integração de saberes, recorrendo a uma forte componente de experimentação e ligação ao mercado de trabalho, sem, contudo, esquecer a turma enquanto referencial social e académico. Uma metodologia de ensino/aprendizagem que aposte na autoaprendizagem é a que melhor se coaduna com as exigências da sociedade em geral e, em particular, do mundo profissional que os futuros diplomados irão encontrar. A rápida evolução tecnológica exige, dos profissionais, uma atitude permanente de investigação e predisposição para aprender, renovando e atualizando conhecimentos. A Escola deve respeitar a individualidade de cada um, estimulando nos alunos os valores de solidariedade, cooperação, resiliência, criatividade e empreendedorismo e ambição pessoal, o que pressupõe uma postura democrática e flexibilidade no desempenho das suas funções.

3.3.1 Modelo de Ensino

A EPGE adotou, em 1991, um modelo de ensino designado por Ensino Modular, em que os cursos se organizam em disciplinas e estas em módulos, pelo que a certificação se faz relativamente a todas as unidades de ensino e não apenas a uma parte delas. Este é o motivo pelo qual se considera que a qualidade da formação, que este modelo de ensino oferece, é diferente à do modelo tradicional.

No entanto, o sucesso deste modelo de ensino depende da capacidade organizativa, da motivação e do empenho de todos os que nele estão envolvidos. É da comunhão de objetivos de alunos, pessoal docente, pessoal não docente, pessoal dirigente e Encarregados de Educação/Pais que resulta o sucesso escolar e profissional destes jovens.

Um modelo onde, cada vez mais se deve recorrer à multidisciplinaridade e transversalidade, numa formação que se pretende virada para objetivos de aprendizagem e não apenas concentrando-se em conteúdos, baseado na Metodologia de Trabalho de Projeto e, também, em Modelos Construtivistas.

Enfatiza-se, cada vez mais, a utilização de métodos e processos de ensino assentes numa aprendizagem ativa, realizada através de atividades de descoberta e questionamento crítico, recorrendo, fundamentalmente, a processos de avaliação formativa, flexíveis e variados que abarcam interesses diversos e ritmos e estilos de aprendizagem diferentes, o desenvolvimento do espírito de cooperação, a partilha de saberes e experiências e a valorização de capacidades específicas e

talentos diversificados que, tal como os conteúdos lecionados, refletem uma entidade de cariz multicultural e, naturalmente, intercultural.

Estas práticas continuadas e consistentes privilegiam a aquisição de conhecimentos e o crescimento de atitudes e valores comuns próprios de uma sociedade pluralista, que visam o desenvolvimento de noções fundamentais relacionadas com a multiculturalidade e a interculturalidade, a destruição de preconceitos e a compreensão e tolerância entre indivíduos de culturas e etnias diferentes.

Naturalmente que este modelo de ensino, para cursos de dupla certificação, terá sempre que visar os atos profissionais associados ao perfil de saída de cada curso e, desde sempre, definidos/atualizados em estreita parceria com as empresas nossas parceiras para as respetivas áreas de educação e formação, fazendo centrar a atenção de alunos e professores tanto na organização de desenvolvimento curricular dos cursos, como também no desenvolvimento do processo de ensino/aprendizagem de cariz muito experimental, nunca esquecendo a formação do Cidadão que se quer válido, crítico, criativo e interventivo, para uma sociedade de rápidas mudanças.

3.3.1.1 Perfil do Aluno

A entrada neste modelo de ensino implica, necessariamente, da parte dos alunos, uma mudança de atitude. Na maioria dos casos não é fácil alterar comportamentos decorrentes do seu percurso escolar anterior, sendo fundamental que lhes sejam oferecidas condições de integração num sistema que, ao ser diferente, lhes oferece um novo desafio enquanto alunos e enquanto pessoas. É necessário que os alunos interiorizem esta nova atitude, gradualmente, e entendam que o modelo de formação proposto, exige uma atitude ativa de aprendizagem, responsável e, acima de tudo, que reconheçam que este sistema lhes exige grande capacidade de gestão do seu próprio percurso.

Esta nova atitude vai-se desenvolvendo progressivamente, tendo início com a entrada dos alunos na EPGE, e continua com a participação na vida da Escola, em entreaajuda com os demais agentes escolares.

3.3.1.2 Perfil do Professor/Formador

O Professor/Formador é um dos agentes primordiais nas aprendizagens dos alunos pelo que o seu perfil se reveste de uma enorme importância, destacando-se:

Aspetos Humanos

- Manifesta abertura para a mudança e otimismo pedagógico;
- Empenha-se com uma atitude crítica na consecução dos objetivos gerais do ensino;
- Enriquece-se sob o ponto de vista profissional e humano;
- Está disponível para trabalhar em grupo;
- Revela estabilidade emocional e enfrenta situações de conflito;
- Mostra capacidade de análise crítica;
- Contribui para o desenvolvimento da consciência ecológica;
- Está consciente da importância e da necessidade de uma sociedade mais justa;
- Revela criatividade;
- Manifesta disponibilidade afetiva em relação a alunos e colegas, num espírito de “Ensino de Proximidade”.

Aspetos Relativos ao Conhecimento

- Amplia, aprofunda e atualiza conhecimentos científicos e psicopedagógicos;
- Organiza os conhecimentos para que a sua transmissão seja correta;
- Desenvolve práticas de pesquisa/investigação;
- Evita cometer erros.

Preparação e Concretização das Aulas

- Define objetivos adequados ao nível dos alunos;
- Seleciona conteúdos e distingue o essencial do acessório;
- Planifica as aulas e prepara o material necessário com cuidado e antecedência;
- Diversifica as práticas e estratégias pedagógico-didáticas;
- Organiza o espaço de aula de forma adequada à matéria a ministrar;
- Interessa-se pelos alunos, confia neles e tenta compreendê-los;
- Motiva os alunos e cria um bom ambiente de trabalho;
- Fomenta a autonomia dos alunos e supera situações imprevistas;
- Respeita os diferentes ritmos de aprendizagem, dando tempo aos alunos para pensar e procurando mantê-los todos ativos e na expectativa.

3.3.1.3 Perfil do Coordenador de Curso

O Coordenador de Curso executa todas as ações conducentes ao sucesso educativo do curso de que é responsável.

As suas principais competências são:

- Promover a atuação integrada dos professores/formadores do curso;
- Promover a interligação e a coordenação curricular entre as diferentes disciplinas;
- Propor as linhas orientadoras do processo de ensino/aprendizagem que, segundo o Projeto Educativo da Escola, traduzam a especificidade do curso;
- Coordenar a gestão dos vários recursos inerentes ao curso;
- Promover junto dos professores/formadores a elaboração de materiais técnico-pedagógicos de apoio ao curso;
- Acompanhar o desempenho do corpo docente adstrito ao curso, designadamente, no que concerne ao cumprimento do cronograma de execução modular, lançamento de notas e faltas dos docentes;
- Acompanhar de perto o percurso escolar das várias turmas do curso;
- Coordenar toda a atividade conducente ao desenvolvimento do Projeto Tecnológico (PT) e à Prova de Aptidão Profissional (PAP);
- Promover, dinamizar e coordenar atividades de investigação de novas estratégias de ensino/aprendizagem de âmbito Nacional ou Internacional que envolvam a temática do seu curso.

3.3.1.4 Perfil do Orientador Educativo de Turma

O Orientador Educativo de Turma (OET) desempenha funções de importância determinante para o sucesso do grupo/turma. É ele quem, pormenorizadamente, acompanha os alunos, quer do ponto de vista do seu percurso escolar, quer do ponto de vista dos contactos a realizar com Pais e Encarregados de Educação.

Os principais objetivos da sua ação são os seguintes:

- Dirigir todas as reuniões dos Conselhos de Turma e manter atualizadas as atas;
- Promover a integração dos professores/formadores no Projeto Educativo da Escola;
- Garantir a efetivação e oficialização das deliberações do Conselho de Turma;
- Supervisionar a publicação atempada das avaliações dos módulos concluídos;
- Controlar a assiduidade dos alunos;
- Contribuir para uma ação pedagógica de maior eficácia em sintonia com as linhas de orientação do Projeto Educativo da Escola;
- Possibilitar maior aproximação e compreensão entre todos os agentes envolvidos no processo de ensino/aprendizagem (alunos, professores e E. de Educação);
- Coordenar o processo de acompanhamento individualizado dos alunos da sua turma considerando, cada um, na especificidade dos seus problemas e expectativas;
- Dinamizar as sessões de OET proj - que, para além da tutoria professor OET-tutor, assume, também, a forma de tutoria entre pares – alunos tutores - *peer tutoring*).

3.3.1.5 Perfil do Tutor

No desempenho das suas funções, o Tutor deve ter em mente que lhe compete:

1. Estabelecer um bom relacionamento quer com os alunos e respetivas famílias, quer com os Encarregados de Educação;
2. Promover um ambiente propício para a moderação, negociação e mediação de situações de conflito;
3. Promover o trabalho em equipa e ser coerente, flexível e persistente;
4. Promover um clima de confiança com os tutorandos conducentes a uma interação de livre expressão;
5. Proporcionar experiências enriquecedoras e gratificantes aos seus tutorandos;
6. Comprometer os seus tutorandos de forma a conseguir a sua participação na definição de objetivos e responsabilizá-los pelo seu cumprimento;

7. Ser, de preferência, um professor/ formador da turma em que o tutorando está integrado.

Tomando como suporte as bases enunciadas anteriormente, as funções do Tutor são as seguintes:

- Acompanhar de forma individualizada o processo educativo de (no máximo) cinco tutorandos;
- Promover e facilitar a integração dos tutorandos na comunidade escolar através de uma atitude participativa que fomente a colaboração nas várias atividades;
- Manter um diálogo permanente com o Orientador Educativo de Turma, no sentido de estar informado sobre o percurso escolar dos tutorandos;
- Apoiar na programação do trabalho na escola, aconselhando e orientando nas várias tarefas escolares;
- Desenvolver uma orientação global que permita a construção de um projeto pessoal de formação, levando o aluno a ponderar, de forma racional e coerente, as suas opções em cada momento do curso;
- Estar atento às dificuldades de aprendizagem de modo a que, atempadamente, possa contribuir para o sucesso educativo do aluno;
- Apresentar aos Pais/ Encarregados de Educação as funções e as tarefas da tutoria, pedindo e explicando a importância da sua colaboração no acompanhamento e supervisão do tempo de estudo em casa;
- Acompanhar o aluno, com regularidade, de forma oportuna, rápida e eficaz;
- Criar, juntamente com o Coordenador de Curso, um farol orientador da pertinência e aplicabilidade das aprendizagens que, a cada momento, possam servir de estratégias a utilizar com o tutorando, conducentes à promoção dos índices de motivação para o respetivo curso;
- Deverá proceder a um Registo de Acompanhamento/ Memória descritiva em minuta própria para o efeito.

3.3.1.6 Desempenho do Pessoal Não Docente

A atitude do pessoal não docente, quer seja auxiliar ou administrativo, tem particular relevância no sucesso de toda uma organização, em particular numa Escola.

O seu desempenho de tarefas e serviços de apoio a toda a estrutura diretiva e administrativa da Escola, assim como a sua ação pedagógica junto dos alunos e o seu relacionamento com o pessoal docente são fatores determinantes para uma boa coesão entre todos.

A frequência de ações de formação reforçará a valorização da sua função e competência profissional.

3.3.1.7 Intervenção dos Pais e Encarregados de Educação

O relacionamento dos Pais e Encarregados de Educação com a nossa Escola tem vindo a aumentar significativamente ao longo do tempo, resultado dos contactos efetuados pelos Orientadores Educativos de Turma, Coordenadores de Curso e dos convites que lhes têm sido dirigidos pela Direcção. O acompanhamento que Pais e Encarregados de Educação têm efetuado aos seus educandos mostra, cada vez mais, a importância da sua ação enquanto agentes educadores. Não podemos afirmar que esta seja a atitude da maioria dos Pais e Encarregados de Educação, mas é a de uma parte significativa.

Para além do horário semanal de atendimento que cada Orientador Educativo de Turma disponibiliza para os receber, verificam-se, com frequência, contactos de Pais e Encarregados de Educação com a Direcção Técnico-Pedagógica.

Inúmeras, outras atividades têm tido a participação dos Pais e Encarregados de Educação, nomeadamente reuniões promovidas pela Direcção Técnico-Pedagógica, Festas de Convívio, Dia do Curso ou Disciplina, assistência às apresentações de Projetos Tecnológicos, Provas de Aptidão Profissional, Provas de Aptidão Final e cerimónias de entrega de Diplomas.

O processo de aproximação entre a Escola e os Pais e Encarregados de Educação aumenta a sua dinâmica através da criação da Associação de Pais e Encarregados de Educação, a qual permitirá uma participação mais direta e assídua na vida da Escola designadamente no Conselho Pedagógico.

3.3.1.8 Intervenção dos Antigos Alunos

Diz-nos a experiência que é fator de motivação adicional dos alunos o contacto com colegas que já terminaram os cursos e seguiram percursos diferenciados. Eles são olhados como exemplos concretos de pessoas que transportaram para o exterior, as aprendizagens desenvolvidas na EPGE e que, agora de outra perspetiva, contribuem para a formação dos colegas mais novos.

É esta mais-valia, de grande significado, que se pretende incentivar e desenvolver através do relacionamento estreito com esses ex-alunos, trazendo-os à escola para uma partilha da sua história de vida com os alunos atuais.

3.3.2 Monitorização da Formação

Ao possuir 6 polos/escolas há que garantir que o Referencial do Projeto Educativo da EPGE, da responsabilidade da Direção Pedagógica Colegial, é cumprido em todos os polos, embora respeitando especificidades próprias definidas pelas Direções dos polos, tendo em conta, entre outros, os meios geográficos e respetivas características em que cada um se insere, visando atingir, globalmente, o sucesso educativo de todos os alunos.

Para tal, existem ao longo do ano letivo vários momentos de monitorização.

Monitorização Interna - ao nível dos Polos/Escolas

- **Reuniões de Acompanhamento de Curso** – tratam-se de curtas sessões de trabalho de acompanhamento de cada curso (máximo 1 hora), a funcionar, com uma periodicidade mensal, em cada polo/escola, e que deverá reunir o Diretor de polo/escola com toda a estrutura técnico - pedagógica do curso (Coordenador do Curso, Orientadores Educativos e Tutores de todas as turmas desse curso).

É da responsabilidade do Diretor do Pólo/escola a marcação e a condução das respetivas sessões de trabalho e compete ao Coordenador do Curso a elaboração da ata no final de cada sessão.

Pretende-se que nestes momentos seja realizado um trabalho de prevenção e/ou resolução atempada de todas as situações exclusivas ao desenvolvimento de um determinado curso, decidindo sobre a aplicação de estratégias específicas e cirúrgicas, que forem consideradas necessárias.

- **Reuniões de Conselhos de Turma** - realizadas em cada polo/escola com uma ordem de trabalhos emanada pela Direção Pedagógica Colegial e presididas pelo Orientador Educativo de Turma. Estas ocorrem, ordinariamente, no final de cada um dos 3 períodos letivos e, extraordinariamente, sempre que necessário. Os professores de cada turma, juntamente com o seu Orientador Educativo de Turma, avaliam resultados obtidos, partilham problemas detetados, propõem medidas corretivas ou preventivas (avaliando as já tomadas), detendo-se na individualidade de cada um dos alunos, sempre com o objetivo de promover o sucesso dos alunos e a diminuição das taxas de desistência através da construção de uma escola apelativa e integradora.

Destas reuniões são lavradas atas da responsabilidade do respetivo secretário.

Mecanismos de Monitorização entre a Direção Pedagógica Colegial e cada um dos Polos/Escolas:

- Tendo por base muito do trabalho resultante das Reuniões de Acompanhamento dos Cursos, as **Comissões Pedagógicas de Pólo/Escola** com uma periodicidade bimensal, têm o objetivo de dar enfoque às questões vitais e estratégicas de funcionamento de cada Pólo/escola no cumprimento/desenvolvimento do Projeto Educativo da EPGE. Dessas Comissões fazem parte o presidente da Direção Pedagógica Colegial (que preside), a Direção do polo/escola e os Coordenadores de todos os cursos que aí funcionam.
Destas reuniões são lavradas atas da responsabilidade da Direção do respetivo polo/escola.
- **Reuniões de Avaliação de Resultados Educativos** – serão realizadas, no final de cada período letivo, reuniões de avaliação de resultados educativos, entre a Direção Pedagógica Colegial e as Direções de cada Pólo/escola, bem como nas Comissões Pedagógicas de cada Polo, visando medir a eficácia de todas as medidas implementadas e introduzir medidas de melhoria contínua, no sentido do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos relativamente aos seguintes parâmetros anuais:
 - **Taxa de desistência;**
 - **Taxa de sucesso** (avaliada tendo em conta o rácio: total módulos realizados com sucesso / total de módulos lecionados);
 - **Taxa de conclusão de curso;**
 - **Taxa de Empregabilidade** (avaliada tendo em conta o rácio: n.º de diplomados empregados e/ou que prosseguiram estudos para o E.S. / n.º total de diplomados de curso).
- **Mapa Semanal de Monitorização da Formação** – Com uma periodicidade semanal, os Serviços Académicos Centrais da Direção Pedagógica realizam a compilação da informação respeitante ao estado de frequência dos alunos de todas as turmas, de todos os polos, no sentido de construir indicadores atualizados e preventivos no que diz respeito à taxa de frequência efetiva de alunos, à situação de previsão de alunos potenciais desistentes e à evolução da respetiva taxa de desistência, no sentido de disponibilizar a todas a Direção Técnico-Pedagógica para tomada de medidas preventivas a fim de possibilitar um controlo das situações e poderem ajustar/corrigir procedimentos e estratégias, a fim de se alcançarem os resultados definidos/projetados. Este Mapa de Monitorização da Formação, construído a partir da informação recolhida de todos os polos, contempla, igualmente, informação sobre a evolução da execução física dos cursos. Mais se informa que para os indicadores principais deste mapa, existe um sistema de cores definido com o intuito de permitir a reflexão, com maior clareza e perceção, de toda a informação, alertando para as situações consideradas como “desviantes”.

- **Provas de Aferição** - constituem um dos instrumentos de autoavaliação do desenvolvimento dos Cursos e visam, por um lado, fornecer informação relevante a toda a estrutura Técnico – Pedagógica sobre a eficácia e equidade (entre os vários polos/escolas) do processo de Ensino/Aprendizagem na EPGE, com o propósito de contribuir para a tomada de decisões no sentido de melhorar a qualidade de ensino e aumentar a confiança no sistema escolar e, por outro lado, avaliar o desempenho dos alunos no que respeita à aquisição de conhecimentos e ao desenvolvimento de competências consideradas essenciais no decorrer do Ciclo de Formação dos Cursos.

Também em termos anuais, a Direção Pedagógica Colegial procede ao Balanço das atividades, que disponibiliza ao Conselho de Administração, onde compara os resultados obtidos com os que havia previsto, detetando possíveis desvios e procurando encontrar medidas para que, no ano seguinte, os objetivos propostos sejam cumpridos.

Estes são os momentos de monitorização/supervisão mais formais, constantes do nosso Projeto Educativo. Cumpre-nos, no entanto, acrescentar que, no dia-a-dia os contactos dos Polos/Escolas com a Direção Pedagógica Colegial são inúmeros, partilhando experiências, preocupações, metodologias, procurando conselhos, boas práticas, etc.

3.3.3 Avaliação das Aprendizagens

PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO

CURSOS PROFISSIONAIS

A avaliação é um elemento estratégico do processo de ensino e aprendizagem. Trata-se de uma componente muito complexa que tende a representar o êxito ou o fracasso de todo o processo educativo. A avaliação não recai apenas no aluno. Na verdade, envolve o próprio sistema educativo e a totalidade dos actores que participam no acto educativo. Considerada ou ignorada, a avaliação está sempre presente, produzindo efeitos em todos os intervenientes - é essencial na motivação de cada aluno, no trabalho de cada professor e nas expectativas de toda a comunidade educativa. A avaliação representa, assim, um papel fundamental e decisivo para a validação dos conhecimentos e das competências exigidas e para a coordenação e orientação dos processos de ensino e aprendizagem, de modo a permitir rever e melhorar os métodos de trabalho e conduzindo, sempre que necessário, à adopção de estratégias de diferenciação pedagógica;

O importante em avaliação é ter ideias claras sobre o porquê, o como e o para quê se está a avaliar; é saber usar instrumentos e modos diversificados e tornar os procedimentos e resultados da avaliação tão claros e transparentes quanto possível para os alunos; e, enquanto processo de aferição das aprendizagens, cabe-lhe orientar construtivamente o percurso escolar de cada aluno, permitindo-lhe, em cada momento, tomar consciência, pela positiva, do que já sabe e do que já é capaz.

Sendo desejável que exista uniformidade dos critérios gerais, enquanto referências comuns, no que diz respeito à avaliação escolar dos alunos na EPGE, urge regulamentar que essa avaliação assente num modelo que comporte alguns factores pertinentes, independentemente da utilização de outros critérios específicos e instrumentos de avaliação diversificados em cada módulo, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem.

Neste sentido, a avaliação sumativa de cada módulo deverá ser analisada a partir dos seguintes vectores globais de avaliação e respectivos intervalos de ponderação (totalizando sempre 100%), considerando o perfil de saída desejado para os diplomados, enquanto técnicos capacitados para ingressar, com sucesso, na vida profissional:

Assiduidade e Pontualidade	_____	Entre 5% e 10% (inclusive)
Atitude e Comportamento	_____	Entre 5% e 10% (inclusive)
Avaliação Contínua em Contexto de Sala de Aula	_____	Entre 15% e 20% (inclusive)
Avaliação de Provas Escritas, Orais e Práticas	_____	Entre 60% e 70% (inclusive)

100%

Considerando que:

Avaliação Contínua em Contexto de Sala de Aula consiste em “medir” o desenvolvimento e aquisição de capacidades e competências pessoais do aluno, ao longo das aulas e durante o decorrer do módulo, no que diz respeito à sua participação individual e colectiva; comunicação escrita; capacidade de iniciativa; interesse demonstrado; participação em tarefas; participação em visitas de estudo; etc.

No final de cada módulo, esta avaliação é materializada numa escala quantitativa;

Avaliação de Provas Escritas, Orais e Práticas consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento dos conteúdos trabalhados em cada módulo, permitindo efectuar balanços de carácter mais formal em determinados momentos do desenvolvimento do módulo, avaliando o grau da assimilação de um conjunto de conhecimentos e competências, inerente à concretização de determinados objectivos. Estas avaliações, para além de serem expressas numa escala de 0 a 20, também permitem a verificação de progressos e dificuldades, contribuindo para uma orientação do trabalho, em termos da introdução das correcções necessárias, ajudando, igualmente, os alunos a desenvolverem a auto confiança na sua aprendizagem.

CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO de Jovens (CEF)

Na sequência do processo de uniformização dos critérios gerais de avaliação escolar dos alunos na EPGE, tal para os Cursos Profissionais (ensino modular), é igualmente desejável considerar o mesmo princípio para os Cursos de Educação e Formação (CEF), tendo em conta a especificidade deste tipo de cursos.

Considerando que **a avaliação nos CEF é contínua e por período** e que, para além de ter em consideração a aquisição de competências e domínio das aprendizagens, **deverá enfatizar grandes preocupações neste tipo de formação/público-alvo, como a educação de capacidades, atitudes e comportamentos (saber-ser e saber-estar/agir) e a aquisição de metodologias de trabalho**, a avaliação sumativa de cada disciplina deverá ser analisada a partir dos seguintes vectores globais de avaliação e respectivos intervalos de ponderação (totalizando sempre 100%):

Assiduidade e Pontualidade _____	Entre 15% e 20%
Atitude e Comportamento _____	Entre 15% e 20%
Avaliação Contínua em Contexto de Sala de Aula _____	Entre 25% e 50%
Avaliação de Provas Escritas, Orais e Práticas _____	Entre 25% e 50%

	100%

Considerando que:

Avaliação Contínua em Contexto de Sala de Aula consiste em "medir" o desenvolvimento e aquisição de capacidades e competências pessoais do aluno, ao longo das aulas e durante o decorrer do período, no que diz respeito a sua participação individual e colectiva; comunicação escrita; capacidade de iniciativa; interesse demonstrado; participação em tarefas; participação em visitas de estudo; capacidade de organização; desenvolvimento da autonomia, etc.

Avaliação de Trabalhos/Provas Escritas, Orais e Práticas consiste na formulação de uma síntese das informações recolhidas sobre o desenvolvimento dos conteúdos trabalhados em cada período, permitindo efectuar balanços de carácter mais formal em determinados momentos, avaliando o grau da assimilação de um conjunto de conhecimentos e competências, inerente a concretização de determinados objectivos. Estas avaliações para além de serem expressas numa escala de 0 a 5, também permitem a verificação de progressos e dificuldades, contribuindo para uma orientação do trabalho, em termos da introdução das correcções necessárias, ajudando, igualmente, os alunos a desenvolverem a auto confiança na sua aprendizagem.

3.3.4 Apoios Educativos e Processos de Recuperação

Apoio Educativo: Sempre que a um aluno for diagnosticado um *deficit* de aprendizagem que se entenda não poder ser corrigido, exclusivamente, em sala de aula, a EPGE, após encaminhamento formal das respetivas situações, disponibiliza apoios, complementares, em horários específicos, às disciplinas/módulos identificados, onde o aluno poderá trabalhar de forma mais individualizada com um professor, com o objetivo de o ajudar a superar as dificuldades detetadas, através de um trabalho específico de reforço das aprendizagens.

Plano Individual de Trabalho (PIT): Em situações de necessidade de colmatar a falta de assiduidade e de aproveitamento de um aluno, a EPGE organiza um Plano Individual de Trabalho, de forma a implementar as estratégias mais adequadas que possam proporcionar o sucesso do aluno. Assim, 50% da assiduidade em falta pode revestir-se em aulas de apoio presenciais e os restantes 50% podem apresentar-se com a realização de um trabalho que contenha os conteúdos centrais do módulo, quantificado em horas. Este trabalho tem que ser apresentado e defendido perante um júri, em extra horário letivo, a fim de apurar a respetiva nota final do módulo.

Processo de Recuperação de Módulo (imediato): Sempre que um aluno não obtenha sucesso num módulo, o professor, num prazo máximo de dez dias úteis após o lançamento da avaliação desse módulo, tem de promover a sua recuperação, através dos instrumentos de avaliação que considerar mais adequados (provas orais, provas escritas, provas práticas) que, juntamente com os restantes parâmetros de avaliação já aferidos durante o módulo, resultará na atribuição de classificação final do módulo.

Processo de Recuperação de Módulo por exame: A não conclusão com sucesso de um módulo, seja durante o período normal, seja em processo de recuperação imediato, implica, obrigatoriamente, a realização de um exame, a fim de proporcionar ao aluno a respetiva recuperação.

3.3.5 Reconhecimento do Mérito e Promoção da Meritocracia

O PE da EPGE considera que o reconhecimento do mérito e a promoção da meritocracia assumem-se como fatores de extrema relevância na formação dos seus alunos enquanto futuros técnicos e cidadãos de “corpo inteiro”, seja na sua vertente profissional, seja ao nível social e humano. Assim, esta “política” que preconizamos destina-se a premiar e a distinguir os alunos que revelem atitudes exemplares de superação das suas dificuldades, alcancem excelentes resultados escolares, produzam trabalhos académicos de excelência ou realizem atividades curriculares, ou de complemento curricular, de relevância e desenvolvam iniciativas ou ações exemplares no âmbito da solidariedade social e cidadania, ao longo do percurso escolar.

Desta forma, de acordo com o respetivo regulamento interno, estão consagradas tanto a vertente mais ligada à obtenção de **resultados escolares muito meritórios**, consagrados no “*Quadro dos Alunos do Trimestre*”, como também, aos que se destacam no campo das atitudes e dos valores, principalmente aos “olhos” dos seus pares, **pelo seu esforço e dedicação para superar as dificuldades de aprendizagem (revelando gosto por aprender), pelo seu comportamento exemplar, pela sua capacidade de se afirmar como influenciador positivo do grupo, espírito de entre - ajuda, intervenção na escola, etc.**, integrando estes últimos casos no “*Quadro de Valor*”.

3.3.6 Serviços Especiais de Apoio à Atividade

3.3.6.1 Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo (GaPE)

A Cooptécnica Gustave Eiffel (CGE), com a convicção de que a sua missão não se esgota, na íntegra, com a formação e certificação académica e profissional dos seus alunos/formandos, criou, no ano de 2015, o **Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo**, por considerar ser sua responsabilidade continuar a acompanhar à vida do jovem ou adulto a quem transmitiu um conjunto de conhecimentos e competências e acreditando conferirem-lhe a capacidade de ingressar/reingressar, com sucesso, no Mundo do Trabalho (quer através da criação do próprio emprego, quer através de um trabalho por conta de outrem) e/ou prosseguindo os seus estudos para o Ensino Superior.

Foi com esta convicção que nasceu o **Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo** que, entre outras, terá as seguintes funções:

1. Manter atualizada a base de dados de empresas parceiras, através de celebração de Protocolos de Cooperação / Formação em contexto de trabalho, fomentando o seu crescimento através de uma pesquisa ativa de novos parceiros;
2. Manter atualizada e disponível, para consulta, a base de dados de pedidos de disponibilidade de diplomados efetuados diretamente pelas empresas à CGE, por área de formação e saída profissional;
3. Atualizar, semanalmente, a base de dados de Ofertas de Emprego, pela consulta dos vários *sites* / jornais e outras fontes de oferta de emprego;
4. Participar na conceção e posterior atualização/gestão da “Bolsa de Empregabilidade da Gustave Eiffel” – serviço a disponibilizar no *site* da CGE -, para utilização (consulta e registo de informação), tanto por potenciais empregadores, como por parte dos diplomados da CGE;
5. Promover o contacto com antigos alunos/formandos da CGE, como forma de facilitar a ligação ao mundo do trabalho e como mecanismo auxiliar de identificação de empregos adequados aos nossos diplomados;
6. Estabelecer o *interface* necessário entre a empresa que procura e o diplomado/certificado que melhor se adapta ao perfil pretendido, estando presente desde o início até a conclusão de todo o processo, garantindo, o mais possível, o seu sucesso;

7. Garantir que todas as solicitações feitas, pelas empresas, à CGE, têm um seguimento eficaz e profissional de forma a garantir a total satisfação por parte de quem nos procura;
8. Promover a concretização do objetivo de 100% de empregabilidade/prosseguimento de estudos aos diplomados/certificados da CGE, acompanhando o seu percurso de integração/orientação até à colocação dos mesmos no mercado de trabalho e/ou prosseguimento de estudos para o Ensino Superior (se for essa a preferência do diplomado), independentemente do tempo que este leva a concretizar-se (dias, meses ou anos);
9. Manter atualizado o registo de todos os contactos, encaminhamentos e colocações efetuadas;
10. Antes do aluno/formando se apresentar ao mercado de trabalho, promover curtas ações de formação para reforçar questões no âmbito de:
 - a. Construção de um currículo;
 - b. Técnicas ativas de procura de emprego;
 - c. Métodos criativos e atuais de divulgação do seu currículo ao mercado;
 - d. Empreendedorismo;
 - e. Apresentação e explicação de incentivos à criação do próprio emprego;
 - f. Preparação para entrevistas de emprego;
 - g. Outras julgadas pertinentes;
11. Outras funções que se venham a considerar necessárias.

Constituição da Equipa do GaPE

➤ **Responsável Global**

- ✓ *Procede à interligação e centralização da informação relativa a todos os projetos e a todas as regiões de intervenção da CGE, dada a circunstância da existência de diversos Projetos de Formação geridos por estruturas diferenciadas. Neste sentido, realizará a compilação central dos resultados obtidos através dos representantes de todos os Polos e procederá à elaboração de um relatório global a apresentar, mensalmente, ao Conselho de Administração, Direção Pedagógica, Direções/Responsáveis dos Polos, Direção da Aprendizagem, Observatório da Qualidade e Gabinete Editorial e Multimédia, da CGE.*

➤ **Representantes dos Polos:**

- ✓ *A quem cabe a função de organização e operacionalização “local” do GaPE, reportando, diretamente, aos respetivos Diretores/Responsáveis dos Polos;*

3.3.6.2 Gabinete de Informática

A Cooptécnica Gustave Eiffel e todos os seus Polos têm o seu funcionamento fortemente apoiado e sustentado em sistemas informáticos, incluindo a interligação entre todas as suas instalações através de redes de comunicação de dados. Para isso, dispõe de um Gabinete de Informática Central que gere e dá suporte à Sede e que realiza o acompanhamento global e a interligação com os restantes Gabinetes de Informática locais a cada um dos polos.

Compete a estes Gabinetes de Informática, garantir, entre outros, os seguintes serviços:

- Planeamento, implementação, gestão, segurança, apoio e manutenção da infra-estrutura física de comunicações, equipamentos informáticos e estrutura lógica;
- Administração de rede, correio eletrónico, gestão de armazenamento global e local (aos polos) de dados e respetiva salvaguarda, equipamentos activos de rede – servidores, equipamentos de ligação, etc.;
- Gestão dos serviços em execução nos servidores e verificação da replicação e interligação em todos os Polos/Escolas;
- Cooperação com todos os Serviços, no sentido de não existirem constrangimentos operacionais;
- Gestão de utilizadores do sistema informático;
- Helpdesk e suporte a todos os utilizadores, quer local, quer remotamente;
- Gestão de licenciamentos de software;
- Gestão de Backups e Disaster Recovery Storagecraft;
- Apoio à aquisição de serviços e produtos relacionados com informática.

3.3.6.3 Gabinete de Divulgação e Relações Públicas (GDRP)

Este Gabinete tem uma dupla valência no que diz respeito às suas funções:

Área da Divulgação

- Divulgação da oferta formativa da Cooptécnica Gustave Eiffel, junto de diversas entidades, empresas, instituições, escolas públicas e privadas, entre outras, com o objetivo de angariação de novos alunos/formandos;
- Apresentação de propostas de aquisição de materiais de divulgação, brindes e *merchandising*, com os respetivos orçamentos;
- Organização/planeamento e coordenação das iniciativas tais como participação em feiras e outros eventos para a divulgação da oferta formativa de Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Uniformização da transmissão de informações para o exterior, no âmbito do processo de divulgação da oferta formativa, em articulação com os Diretores de Polo/Escola, Direção Pedagógica, Centro de Transportes e Centro de Qualificação de Ativos, nomeadamente entre as diversas secretarias dos polos/escolas;
- Produção da *newsletter* da Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Apresentação de propostas de conceção gráfica de materiais de divulgação e *merchandising*;
- Garantir o acondicionamento de todo o material publicitário, assim como, a sua inventariação;
- Outras que se venham a revelar pertinentes e necessárias;

O desempenho das funções inerentes é assegurado pelo Responsável, em articulação com os Diretores de Polo/Escola, Direção Pedagógica, Centro de Transportes, Centro de Qualificação de Ativos, Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo, Gabinete de Aprendizagem e Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional GE (CQEP-GE).

O Pólo/Escola do Entroncamento, pela sua distância geográfica tem uma estrutura própria e autónoma.

Área de Relações Públicas

- Uniformização da imagem institucional da Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Envio de toda a comunicação/informação da Gustave Eiffel para o exterior, após aprovação dos conteúdos;
- Elaboração de planos e estratégias de Comunicação e Marketing respeitantes às atividades da Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Implementação, após aprovação superior, das estratégias acima mencionadas, nomeadamente ao nível do *eMarketing* da Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Organização e acompanhamento de eventos da Cooptécnica Gustave Eiffel (palestras, receções, seminários, entre outros);
- Conceção e elaboração de materiais publicitários para as atividades da Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Realização de sondagens junto dos formandos e encarregados de educação no sentido de apurar / ajustar os meios de comunicação preferenciais a utilizar;
- Realização de sondagens juntos dos funcionários docentes e não docentes no sentido de apurar/ajustar os meios de comunicação preferenciais a utilizar;
- Organização e realização de ações de formação de atendimento ao público junto dos serviços dos pólos/escolas, quando solicitado pelos respetivos Diretores;
- Divulgação das iniciativas Nacionais, Locais e Internacionais, a que os formandos se possam candidatar;
- Coordenação da participação dos formandos nas diversas atividades acima mencionadas;
- Levantamento e acompanhamento de iniciativas a decorrer na Entidade, registando em formato de fotografia e texto para posterior divulgação em todos os canais de comunicação da Entidade;
- Outras que se venham a revelar pertinentes e necessárias.

O desempenho destas funções é assegurado pelo Responsável, em articulação com os Diretores de Polo/Escola, Direção Pedagógica, Centro de Transportes, Centro de Qualificação de Ativos, Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo, Gabinete de Aprendizagem e Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional GE (CQEP-GE).

3.3.6.4 Gabinete Editorial e Multimédia

Este Gabinete tem as seguintes funções, prestando serviços a toda a instituição:

- Edição dos Elencos Modulares;
- Edição de livros e manuais de índole pedagógico-didáticos que suportem os currícula dos cursos ministrados na Escola Profissional Gustave Eiffel;
- Divulgação das edições Gustave Eiffel;
- Distribuição de edições e sua implementação no mercado;
- Desenvolvimento, atualização e manutenção dos *sites* da Gustave Eiffel;
- Edição da *newsletter* da Cooptécnica Gustave Eiffel;
- Verificação dos conteúdos a disponibilizar para o exterior da Gustave Eiffel de âmbito institucional;
- Apoio, na área de multimédia, aos centros de recursos dos pólos da área de Lisboa;
- Produção gráfica de materiais de divulgação e *merchandising* (*tais como vídeos, fotos, flyers, etc*);
- Outras que se venham a revelar pertinentes e necessárias.

O desempenho das funções é assegurado pelo Responsável, em articulação com os Diretores de Polo/Escola, Direção Pedagógica, Centro de Transportes, Centros de Qualificação de Ativos, Gabinete de Promoção do Emprego e Empreendedorismo, Gabinete de Aprendizagem e Centro Qualifica GE (CQEP-GE).

3.3.6.5 Gabinete de Apoio ao Aluno (GAA) – (Acompanhamento Psicopedagógico)

A EPGE promove ainda o acompanhamento a nível psicopedagógico aos alunos, por profissionais da área da psicologia – Psicólogo Escolar -, no sentido de fazer o despiste e acompanhamento de situações que remetem para dificuldades de aprendizagem, adaptação ou emocionais. Porque estas dificuldades se repercutem, normalmente, ao nível do bem-estar psicossocial dos alunos, a EPGE criou uma estrutura de prestação de serviços a este nível com procedimentos organizados, como estabelecimento de parcerias estratégicas com outras entidades, tais como, juntas de freguesia, centros de saúde e o IPJ.

As situações consideradas suscetíveis de serem avaliadas pelos técnicos do Gabinete de Apoio ao Aluno são levadas a conselho de turma pelos professores e apresentadas ao orientador educativo da turma que toma a decisão de propor avaliação psicopedagógica ao aluno, por parte do psicólogo, após contactar o encarregado de educação que tem a decisão de autorizar a avaliação e, caso seja necessário, o posterior acompanhamento psicopedagógico. Quando autorizado pelo encarregado de educação, o orientador de turma preencherá uma ficha de pedido de atendimento onde constam os dados de identificação do aluno, e a caracterização do pedido. Posteriormente o aluno é atendido numa primeira entrevista, pelo psicólogo, que recolhe a história atual, familiar e médica do adolescente. A partir daqui o processo depende da avaliação que é feita da necessidade (ou não) de acompanhamento e da regularidade do mesmo. Quando necessário, o psicólogo pode recorrer a instrumentos específicos de avaliação, testes projetivos ou de inteligência. É importante, e sempre que possível, entrevistar também os pais no sentido de recolher informações mais específicas acerca do desenvolvimento psicoafectivo e dinâmica familiar, utilizando a ficha de recolha de anamnese. A intervenção pontual na família, principalmente em situações de crise, é sempre promovida. Todo o trabalho que é desenvolvido com o adolescente é um trabalho de equipa, em articulação com a restante estrutura pedagógica, família e/ou Encarregados de Educação.

3.3.6.6 CENTRO DE RECURSOS

Os Centros de Recursos existentes nos polos da EPGE, são, pela sua natureza, espaços de apoio aos alunos, de âmbito transversal, nomeadamente, ao nível das seguintes responsabilidades:

- Apoio ao estudo a alunos com dificuldades de aprendizagem e/ou que ultrapassaram o número de faltas permitido (compensação de horas);
- Acompanhamento a alunos na realização de trabalhos escolares;
- Promoção, organização e desenvolvimento de atividades extracurriculares, nomeadamente respeitantes à comemoração de eventos festivos/comemorações, procurando envolver toda a comunidade escolar (principalmente os alunos) na realização e apresentação de trabalhos alusivos aos temas definidos;
- Articulação com o Gabinete de Divulgação e Relações Públicas (GDRP) para a produção e divulgação de *Notícias* (acontecimentos) do polo;
- Articulação com o Gabinete de Divulgação e Relações Públicas (GDRP) para a divulgação da Oferta Formativa da Escola;
- Tratamento de questões de carácter administrativo, nomeadamente no que respeita à gestão dos processos referentes aos subsídios de transporte e Ação Social Escolar, em articulação com alunos, encarregados de educação, autarquias, DGEstE e serviços financeiros;
- Acompanhamento dos alunos com Planos de Conclusão de Curso;
- Promoção da utilização das novas tecnologias, apostando-se na correta utilização da Internet através da pesquisa orientada;
- Incentivo ao envolvimento das famílias nas atividades extra-curriculares e circum-escolares organizadas;
- Realização do primeiro contacto com o mundo laboral de forma à colocação dos alunos em FCT / Estágio Curricular, integrando-os em empresas da sua área de formação, em articulação com os Coordenadores de Curso, bem como realizando a preparação da documentação inerente ao respetivo processo.

3.3.7 Relacionamento/Parcerias com o Exterior

A EPGE, desde a sua génese, sempre contemplou no seu PE um forte componente de parceria e abertura com o exterior, nomeadamente ao nível do relacionamento com as “forças vivas” locais em cada uma das regiões onde exerce a sua actividade. Desde logo e de acordo com a estrutura orgânica da EPGE, o próprio Conselho Consultivo contendo um forte componente de parceiros 3 externos, tem como função principal monitorizar o processo de desenvolvimento pedagógico da Escola, emitindo parecer de índole geral acerca das grandes linhas de desenvolvimento do Projeto Educativo. Compete ainda ao Conselho Consultivo emitir parecer acerca dos temas/matérias a desenvolver no plano curricular de cada um dos cursos lecionados, no sentido de aferir da sua permanente atualização em termos humanos, científicos e tecnológicos.

Fazem parte do Conselho Consultivo:

- Personalidades a título individual com méritos reconhecidos;
- Professores/Formadores de estabelecimentos de Ensino Superior que lecionam cursos relacionados com as áreas de formação da EPGE;
- Técnicos com reconhecida credibilidade, tanto pessoal, como profissional;
- Associações ou empresas com áreas de atividade relacionadas com a formação ministrada na EPGE.

Além do Conselho Consultivo, também as entidades que proporcionam estágios ou períodos de formação em contexto de trabalho, participam de uma forma ativa no processo de formação do aluno. As informações recolhidas deste processo são consideradas altamente relevantes nos processos de atualização e monitorização dos cursos.

Por outro lado, a EPGE tem vindo, desde sempre, a celebrar protocolos de colaboração com Empresas, Instituições de Ensino Superior, Autarquias e outras Instituições que, pela sua missão, são parceiros valiosos na promoção do sucesso da formação ministrada, nomeadamente no desenvolvimento conjunto de diversas atividades ao longo do ano letivo, tais como: *workshops*, palestras, seminários, Jornadas Técnicas, entre outras atividades de interesse para os cursos/turmas.

3.4 RECURSOS EDUCATIVOS/FORMATIVOS

3.4.1 Organização do Espaço

De modo a permitir e facilitar a implementação do Projeto Educativo há que organizar o espaço da Escola, o que requer cuidados específicos. O funcionamento e organização do espaço têm que ser objeto de uma gestão de pormenor, permanentemente adaptável às circunstâncias. Podem, no entanto, tipificar-se os espaços necessários à sua implementação, da seguinte forma:

- **Salas de Trabalho** – espaços equipados e adaptados às disciplinas/cursos, onde se realizam aulas de turma, aulas de apoio e sessões de desenvolvimento de projeto;
- **Laboratórios** – espaços equipados de acordo com a especificidade de cada curso;
- **Centros de Recursos** – espaços de utilização geral, que permitem apoiar o processo de ensino/aprendizagem, as atividades e trabalho individual de alunos e professores/formadores, sendo um local de inovação, de pesquisa e de diversificação de estratégias pedagógicas, equipado com biblioteca, recursos audiovisuais, Internet, entre outros;
- **Gabinetes de Trabalho** – espaços de trabalho específicos, tais como: salas de professores, salas de coordenadores de curso, gabinete de apoio ao aluno, gabinetes da direção de polo/escola, serviços académicos, gabinete de informática, etc;
- **Receção/Portaria** – espaço de atendimento de 1.ª linha, para posterior encaminhamento.

O pólo de Queluz da Escola Profissional Gustave Eiffel situa-se na Rua César de Oliveira, nº 15, em Queluz, próxima de transportes (estação de comboio de Queluz e Paragens de Autocarros), PSP, Bombeiros, Bares e Restaurantes e outros serviços.

O funcionamento destas instalações foi pensado de forma a assegurar apoio logístico próprio e permanente às ações de formação que aí decorrem: Receção, Secretaria, Direção, Centro de Recursos, Sala de Convívio, Sala de Formadores, Gabinete de Acompanhamento Psicológico e Orientação Vocacional e Sanitários.

A Receção, a Sala de Convívio e algumas salas de formação dispõem de iluminação natural, sendo que os restantes espaços possuem iluminação artificial adequada.

Tendo em consideração os conteúdos programáticos de cada curso, como forma de garantir elevados padrões de qualidade, a Escola Profissional Gustave Eiffel dispõe de equipamentos adequados ao desenvolvimento dos diferentes tipos de ações que disponibiliza, tais como, salas de trabalho, de informática e laboratórios com dimensões e condições ambientais adequadas (luminosidade, ruído, ventilação e temperatura), equipadas com diversos equipamentos de apoio, mobiliário adequado e em boas condições de conservação; e condições de higiene e segurança. A Escola Profissional Gustave Eiffel tem ao dispor dos seus formandos, formadores e outros agentes, meios complementares de consulta e pesquisa de informação, nomeadamente, o Centro de Recursos, equipado com manuais, monografias, CD's e DVD's (catalogados numa base de dados) e computadores com ligação à Internet.

Os espaços de formação foram selecionados tendo em conta as dimensões e condições ambientais (luminosidade, ruído, ventilação e temperatura), os equipamentos disponíveis (videoprojectores, computadores com ligação à Internet, quadros interativos, mobiliário adequado e em boas condições de conservação) e condições de higiene e segurança, existindo salas de formação teóricas e práticas com dimensões entre 21,38 m² e 61,69 m²:

Salas	Área (m ²)	Tipo	Iluminação
Sala1	61,69	Teórico- Prática	Natural
Sala2	38,77	Teórico- Prática	Semi - natural
Sala3	48,83	Teórica	Semi - natural
Sala4	23,29	Centro de Recursos	Natural
Sala5	33,74	Teórica	Artificial
Sala6	39,59	Teórica	Semi - natural
Sala7	40,96	Teórico- Prática	Artificial
Sala8	33,26	Teórica	Artificial
Sala9	32,10	Teórica	Artificial

Sala10	31,53	Laboratório Informática	Artificial
Sala11	21,38	Teórica	Artificial
Sala12	40,93	Teórica	Artificial
Espaço do Aluno	82,25		Artificial

De uma forma geral, as salas de formação teóricas estão equipadas com 1 quadro, marcadores coloridos, 13 mesas, 26 cadeiras, Ar Condicionado, Videoprojector; Tela de projeção. As salas de formação práticas possuem 1 quadro, marcadores coloridos, 13 mesas, 21 cadeiras, Ar Condicionado, Videoprojector, Tela de projeção, 13 Computadores com ligação à Internet.

No caso da formação prática, a Escola Profissional Gustave Eiffel assegura espaços propícios à reprodução do contexto de trabalho, estabelecendo protocolos de cooperação com entidades que reúnam as condições para oferecer a realização de uma formação em contexto de trabalho com qualidade e que ofereçam aos formandos um ambiente próximo do contexto real de trabalho.

As instalações dispõem de espaços e acessibilidade adequados às limitações de pessoas portadoras de deficiência (corredores largos, rampas, casa de banho adaptada, entre outros). Os espaços selecionados para o decorrer da formação têm em conta a inscrição de formandos com necessidades específicas.

3.5 LINHAS DE AÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

3.5.1 Missão, Visão e Eixos Estratégicos

MISSÃO

Na Cooptécnica Gustave Eiffel e na Escola Profissional Gustave Eiffel, assumimos como missão “*educar e formar técnicos de corpo inteiro e profissionais dinâmicos, competentes e inovadores*”.

In <http://gustaveeiffel.pt/wordpress/mensagem>, **criando para tal, um ambiente académico de rigor e inovação, sempre com o desígnio da criação de Valor**.

VISÃO

Partilhamos uma visão comum do ensino profissionalizante na qual se constrói todo o nosso projeto educativo, marcado pela posição central dos alunos / formandos que nos elegem como parceiros das suas trajetórias de qualificação.

Na nossa visão pretendemos ser “*uma escola de excelência, democratizando o acesso e o sucesso profissional, pessoal e social dos nossos alunos, independentemente da sua origem social*”.

Nunca é demais referir que um dos princípios que defendemos, e de que nos orgulhamos, é a de sermos uma “**escola aberta**”, **uma escola de todos e para todos**.

EIXOS E ESTRATÉGICOS

Os Eixos Estratégicos são as áreas ou atividades consideradas chave para o cumprimento da Missão e representam as linhas de orientação prioritárias de desenvolvimento da Escola. Devem ser coerentes com a Missão, a Visão e com o Diagnóstico de situação.

Deste modo, pela Direção Pedagógica, foram mantidos, para este triénio, os seguintes eixos estratégicos:

1. Resultados – Promoção do Sucesso Educativo;
2. Prestação do Serviço Educativo – Promoção da Excelência no Processo Ensino/Aprendizagem;
3. Organização e Gestão Escolar

3.5.2 Objetivos, Metas e Indicadores

Cada polo/escola, no seu PE, deverá ter em conta estes Eixos Estratégicos, bem como os objetivos estratégicos que a EPGE pretende atingir neste triénio, bem como as Metas a alcançar e constantes no Plano de Ação de Referência que se segue:

3.5.3 Plano de Ação de Referência (Queluz)

INDICADOR 4a: Taxa de conclusão em modalidades de EFP

Dados 2019-2022: **78,2%** Meta a alcançar 2022-2025: 70%

Dados 2020-2023: **69%** Meta a alcançar 2023-2026: 70%

Meta a alcançar 2021-2024: **70%** Meta a alcançar 2024-2027: 70%

Objetivo Geral: Aumentar a taxa de conclusão para 70%.

Objetivos Específicos:

Objetivo específico (O.E.) n.º 1: Reduzir do n.º de módulos em atraso por aluno/turma, a médio e longo prazo, (taxa de aproveitamento em cada período/turma: 95%)

Objetivo específico n.º 2 (O.E.): Diminuir a taxa de desistências para um valor abaixo dos 15%

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
1.2.	Realização de entrevistas antes do início do ano letivo a alunos candidatos aos Cursos do Polo	Coordenadores de curso	Entrevistar 80% dos alunos candidatos	Antes do início do ano letivo (início em junho 2025)	Final do 1º período;	Reuniões de equipa	Relatório das entrevistas realizadas;
1.1 1.2	Realização de Jornadas Técnicas	Coordenadores de curso	Realizar 1 jornada técnica por cada curso/ano letivo.	Anual	Final do ano letivo; Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	Reuniões de equipa; Redes sociais;	Programa das JT; Relatório da atividade; Dossiê Técnico-pedagógico
1.1 1.2	Simulação do posto de trabalho em sala de aula.	Coordenadores de curso e outros professores	Realizar 50% das aulas da componente técnica nos respetivos laboratórios.	Trimestral	Conselhos de turma; Coordenadores Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	Reuniões de equipa.	Horários das turmas; Sumários; Planificações das disciplinas.
1.2.	Promover o conhecimento das saídas profissionais e prosseguiment	Coordenadores de curso; GaPE	Realizar, por curso, 2 a 3 visitas de estudo a feiras e empresas. Realização de	Anual	Reuniões de Pólo Diretores de Polo e	Plano de Atividades; Newsletter;	Sumários; Relatórios de atividades. Ata CTP.

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
	o de estudos.		atividades de acompanhamento dos alunos para saídas profissionais ou de prosseguimento de estudos.		Direção Técnico-Pedagógica.	Redes Sociais;	
1.1. 1.2.	Promover uma cultura de escola atrativa	Professores	Realização de 1 (mín.) visita de estudo ou atividade extracurricular por disciplina/turma/ano letivo.	Trimestral	Reunião Pólo; Conselhos de turma. Coordenadores de curso; Diretores de Polo e Direção Pedagógica.	Plano de Atividades; Newsletter; Redes sociais.	Relatório de visita de estudo. Ata CT.
1.1. 1.2.	Promover a utilização da Metodologia de ensino e aprendizagem por Trabalho de Projeto (intra e inter disciplinares)	Professores OET Coordenadores de curso	Concretização de 1 a 2 projetos intra ou inter disciplinar por turma/ano letivo.	Anual	Conselhos de turma; Reuniões de equipa. OET; Coordenadores de curso; Diretores de Polo e Direção Técnico-	Plano de Atividades; Newsletter; Redes sociais	Sumários Relatórios de atividades Dreamshaper Ata CT

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
					Pedagógica.		
1.1. 1.2.	Agilizar os mecanismos de recuperação de módulos.	Professores, OET. Direção de Polo.	Diminuir o número de exames, promovendo a recuperação de módulos em tempo útil da execução do módulo. Definir, no mínimo, 1 época de recuperações por período.	Mensal	Conselhos de turma. Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	DbGEP Calendário escolar.	Pautas de Avaliação Ata CT Ata reunião com EE Dossiê do OET
1.1. 1.2.	Promover o envolvimento dos alunos em projetos extracurriculares	Professores OET Coordenadores de curso Direção de Pólo	Dinamização de atividades promotoras de saúde juvenil e/ou orientadas para o desenvolvimento pessoal individual e/ou de grupo.	Anual	Conselhos de turma. Reunião Pólo; Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	Newsletter; Redes sociais.	Proposta de atividades/projetos Ata de reuniões
1.1. 1.2.	Auscultação dos alunos sobre problemas e sugestões.	Direção de Polo	Realização de 1 assembleia de escola por ano.	Anual	Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	Comunicação Interna e convocatória	Ata da AE
1.1. 1.2.	Reduzir comportamentos de risco	Professores OET Coordenadores	Realização de 2 (mín.) ações preventivas em colaboração com a Escola Segura e outras	Trimestral	Conselhos de turma Reunião de Pólo	Newsletter Redes sociais Comunicações	Relatório das atividades Carta às entidades

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
		de curso Direção de Polo	entidades promotoras de saúde juvenil; Sinalização para entidades responsáveis por crianças e jovens em risco.		Professores OET Coordenadores de curso Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	Internas	Atas das reuniões Dossiê do OET
1.1 1.2	Promoção da assiduidade e da participação do aluno nas aulas e no seu projeto educativo	OET Coordenadores SPO	Controlo da assiduidade do aluno e sinalização de situações de excesso de faltas injustificadas para Encarregado de Educação, aluno e SPO	Semanal	OET Coordenadores Direção do Polo	Comunicação interna	dbGEP Dossiê do OET
1.1. 1.2.	Sinalização precoce de situações de insucesso escolar	Professores OET SPO Direção Técnico - Pedagógica	100% dos alunos sinalizados com medidas de apoio individualizado.	Semanal	Conselhos de turma Reuniões de equipa Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	Comunicações internas Ficha de sinalização Carta ao EE	Propostas de encaminhamento para apoio. Ata reunião com EE Relatórios equipa multidisciplinar Plano Individual de

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
							Trabalho do aluno Dossiê do OET
1.1. 1.2.	Sinalização de situações indiciadoras de abandono escolar .	Professores OET SPO Coordenadores de Curso Direção do Pólo	100% dos alunos sinalizados com acompanhamento do SPO.	Semanal	Conselhos de turma Reuniões de equipa Diretores de Polo e Direção Pedagógica.	Reuniões de equipa Ficha de sinalização Carta ao EE	Propostas de encaminhamento para apoio. Ata reunião com EE Relatórios equipa multidisciplinar Plano Individual de Trabalho do aluno Dossiê do OET
1.1.	Promover o trabalho colaborativo entre docentes.	OET Coordenadores de curso Direção de Polo	Realização de 1 reunião de trabalho colaborativo em cada período	Trimestral	Conselhos de turma Reuniões de equipa Diretores de Polo e Direção Técnico-Pedagógica.	Reuniões de equipa.	Atas das reuniões
1.1. 1.2.	Envolver ativamente o Encarregado de Educação no projeto educativo do	OET Coordenadores de Curso.	Promover a presença dos Enc. de Educação no projeto educativo do aluno. Realizar 1 reunião por	Trimestral	Final de cada período. Diretores de Polo e Direção Técnico-	Convocatórias para EE	Atas. Dossiê do OET

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
	aluno		período com os dos Enc. Educação, ou mais sempre que se justifique.		Pedagógica.		
1.2.	Prestar ajuda financeira aos alunos mais carenciados através do pagamento de transporte e/ou refeições	GAAF Direção técnico – pedagógica dos polos e C.A.	Apoio financeiro e/ou material aos alunos com maiores carências económicas	Trimestral	Final de cada período. Diretores de Polo e Direção Pedagógica.	Reuniões de equipa	Propostas de encaminhamento para apoio. Candidaturas à atribuição de apoios. Dossiê do OET
1.1. 1.2.	Melhoria dos espaços	Direção técnico – pedagógica dos polos e C.A.	Realização de obras de reparação e modernização de espaços; aquisição de equipamento para o espaço dos alunos.	Anual	Maio 2021. Diretores de Polo e Direção Pedagógica.	Newsletter Redes Sociais.	Orçamento; faturas.

INDICADOR 4a: Taxa de conclusão em modalidades de EFPDados 2019-2022: **78%** Meta a alcançar 2022-2025: 70%Dados 2020-2023: **69%** Meta a alcançar 2023-2026: 70%Meta a alcançar 2021-2024: **70%** Meta a alcançar 2024-2027: 70%**Objetivo Geral:** Diminuição do número de alunos que não concluem o curso dentro do prazo do Ciclo de Formação.**Objetivos Específicos:****Objetivo específico n.º 1:** Aumentar para 95% a taxa de conclusão de alunos que não terminam o curso dentro do prazo normal, mas ainda dentro do prazo do Ciclo de Formação**Objetivo específico n.º 2:** Redução para 95% de alunos que desistem após não terem conseguido a conclusão do curso no prazo normal para conclusão do curso

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
2.1	Definição de tutores para os alunos do 3º ano que não reúnam condições para integrar o período de Formação em Contexto de Trabalho (FCT).	Coordenadores SPO Direção técnico - pedagógica dos polos,	100% dos alunos que não vão para FCT com tutor.	Anual	Reuniões da equipa técnico-pedagógica de curso.	Reuniões da equipa pedagógica de polo, Relatório de Tutoria	Atas das reuniões Planos de recuperação PIT Registos dbGEP Relatório tutoria

2.2	Acompanhamento em regime de tutoria para os alunos de quarta matrícula.	Coordenadores SPO Direção técnico - pedagógica dos polos,	100% dos alunos de quarta matrícula com tutor.	Anual	Reuniões da equipa técnico-pedagógica de curso.	Reuniões da equipa pedagógica de polo, Relatório de Tutoria	Atas das reuniões Planos de recuperação PIT Registos dbGEP Relatório tutoria
-----	--	--	--	-------	---	---	--

INDICADOR 5a: Taxa de colocação após conclusão de modalidades de EFP (Mercado de trabalho e Prosseguimento de estudos)

Dados 2019-2022: **81,4%**

Meta a alcançar 2022-2025: **86%**

Dados 2020-2023: **83,7%**

Meta a alcançar 2023-2026: **88%**

Meta a alcançar 2021-2024: **84%**

Meta a alcançar 2024-2027: **88%**

Objetivo Geral: Aumentar a taxa de colocação dos alunos após conclusão do curso de formação

Objetivos Específicos:

Objetivo específico n.º 1: Aumento da taxa de empregabilidade e/ou prosseguimento dos estudos em 2% entre ciclos de formação, dos alunos diplomados da EPGE do polo de Queluz, para um valor superior a 80%.

Objetivo específico n.º 2: Diminuição do n.º de alunos em situação “à procura de emprego” para um valor inferior a 10%.

Objetivo específico n.º 3: Diminuição do n.º de alunos em “situação desconhecida” ou “outra situação” para valor inferior a 5%.

Objetivos	Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
1.1 1.2 1.3	Realizar sessões de atendimento personalizado e individual com os alunos (de 2º ano e finalistas) e alunos diplomados	GAPE	Aumento das taxas de inserção no mercado de trabalho e/ou prosseguimento de estudos.	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
1.1 1.2 1.3	Fazer o acompanhamento individual de alunos diplomados em situação “à procura emprego”	GAPE	Autoconhecimento e reflexão para estabelecimento de objetivos ajustados à procura ativa de emprego/prosseguimento de estudos; Divulgação de ofertas de emprego, oportunidades e de prosseguimento de estudos.	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
1.1 1.2 1.3	Realização de uma sessão de divulgação do GAPE com cada turma de 2º ano e com as turmas finalistas	GAPE	Consciencialização dos alunos da existência do serviço gratuito, i.e., GaPE, criado pela EPGE que apoia os diplomados nessa nova fase de transição da sua vida.	Fevereiro/Março	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
1.1 1.2	Realização de sessões para elaboração de currículos (sessões individuais ou em pequenos grupos) e simulação de entrevistas de emprego	GAPE	Saber construção de um currículo e elaboração de uma carta/email de apresentação;	Março/Abril	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
1.3	Atualização dos contatos (telefónico e e-mail) dos alunos finalistas	GAPE	Garantir o contacto, via e-mail e/ou telefónico, com os alunos diplomados e reduzir o número de “situação desconhecida”	Março/Abril	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	dbGEP
1.1 1.2 1.3	Realizar sessões individuais de preparação para a vida ativa , focadas no desenvolvimento e reforço de competências necessárias a integração	GAPE	Aquisição de técnicas ativas de procura de emprego, métodos criativos e atuais de divulgação do currículo, apresentação de medidas	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais

	profissional de sucesso.		do IEFP, p.e., estágios profissionais e preparação para entrevistas de seleção e emprego.				Newsletter Convocatórias
1.1 1.2 1.3	Realização e acompanhamento das atividades formativas , Jornadas Técnicas, comunicações/palestras com profissionais/diplomados das áreas de formação dos alunos da EPGE	Coordenadores GAPE	Preparação dos alunos, com foco nas turmas de 2º e 3º ano, para integração no mercado de trabalho e/ou prosseguimento de estudos.	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
1.1 1.2	Realizar sessões individuais de preparação para a FCT dos alunos de 2º ano e finalistas	Coordenadores GAPE	Adequar o perfil do aluno às necessidades da entidade de FCT.	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
1.1	Promover contactos com parceiros e novas empresas	Coordenadores GAPE	Estabelecimento de relação de confiança entre ambas as instituições.	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias

INDICADOR 6a: Utilização das competências adquiridas no local de trabalhoDados 2019-2022: **65,4%** Meta a alcançar 2022-2025: 78%Dados 2020-2023: **77,4%** Meta a alcançar 2023-2026: 80%Meta a alcançar 2021-2024: **76%** Meta a alcançar 2024-2027: 80%**Objetivo Geral:** aumentar a taxa de empregabilidade na AEF em cerca de 2%, anualmente, para um valor superior a 74%, a partir do CF 2020-2023

Ação	Responsáveis	Resultados Esperados	Calendarização	Monitorização (momentos e responsáveis)	Comunicação / Divulgação	Evidências
Divulgar e promover atividades formativas , Jornadas Técnicas, comunicações/palestras com profissionais/diplomados das áreas de formação dos alunos da EPGE	Coordenadores GAPE	Preparação dos alunos, com foco nas turmas de 2º e 3º ano, para integração no mercado de trabalho e/ou prosseguimento de estudos, dentro da AEF	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
Acompanhar os diplomados em final de curso na inserção no mercado de trabalho	Coordenadores GAPE	Diminuição das situações desconhecidas e recondução dos Diplomados para empregos dentro da AEF do seu curso	Anual	GAPE Direção do Polo	Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
Adequar ofertas de emprego ao	Coordenadores	Identificação do diplomado cujo	Anual	GAPE	Redes sociais	Sumário dbGEP

perfil do aluno e às necessidades das entidades	GAPE	perfil se enquadre no pedido efetuado pela entidade empregadora e fazer o encaminhamento.		Direção do Polo	Comunicação interna	Plano de Atividades GAPE Convocatórias
Promover ativamente a divulgação de ofertas de emprego direcionadas para a AEF dos alunos diplomados através da realização de feiras de emprego e/ou envio das ofertas aos alunos por email/contacto telefónico	Coordenadores GAPE	Informar e direccionar os alunos para ofertas de emprego na AEF	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter Convocatórias
Criar um ponto de informação no polo das ofertas de emprego por AEF	GAPE	Divulgação de ofertas de emprego – nas instalações da EPGE, polo de Queluz	Anual	GAPE Direção do Polo	Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter
Elaboração de protocolos de cooperação com empresas	Coordenadores GAPE	Formalizar parcerias que se convertam em oportunidades para emprego na AEF	Anual	GAPE Direção do Polo	Redes sociais Comunicação interna	Sumário dbGEP Plano de Atividades GAPE Redes Sociais Newsletter
Encaminhamento dos currículos às empresas dos alunos diplomados pela EPGE	Coordenadores GAPE	Promover a preferência pelos alunos da EPGE no concurso a vagas de emprego	Anual	GAPE Direção do Polo	Comunicação interna	Plano de Atividades GAPE
Elaborar um relatório anual empregabilidade	GAPE	Maior conhecimento da realidade no mercado de trabalho	Anual	GAPE Direção do Polo	Comunicação interna	Plano de Atividades

3.6 DIVULGAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJETO EDUCATIVO

Este documento, a que denominamos, referencial do Projeto Educativo da EPGE, contém as linhas condutoras para a realização do Projeto Educativo de cada Polo/Escola da EPGE.

Vigora durante um período de três anos letivos, a iniciar em 2020/2021 (data desta atualização) e será aplicado através de Planos Anuais de Atividades. No último ano de vigência, uma Comissão de Revisão do Projeto Educativo apresentará, para discussão e aprovação, uma nova proposta de Projeto.

Para além das orientações constantes neste Referencial do Projeto Educativo da EPGE, materializado na especificidade de cada um dos Projetos Educativos dos polos/escolas da EPGE, que deverão ser contextualizados/humanizados nas realidades onde estes se inserem, existem Regulamentos / Guias específicos, comuns a toda a EPGE, também publicados, para conhecimento dos interessados.